

Diretor
Filipe Alves
Diretores Adjuntos
Leonídio Paulo Ferreira
e **Nuno Vinha**
Subdiretoras
Cecília Carmo
e **Margarida**
Vaqueiro Lopes

Quarta-feira
23.9.2026
Diário
Ano 162.º No. 57 302
€2,20
www.dn.pt
Fundado em 1864,
o seu Arquivo
é Tesouro Nacional

Teatro
Quatro espetáculos
para ver no Festival
Try Better, Fail
Better
PÁGS. 30-31



Viale Moutinho
1945-2026
O escritor do
claro difícil
PÁG. 17

Entrevista
Miguel
Laranjeiro
“Não
queremos
um momento.
Queremos
um futuro”
PÁGS. 28-29



RITA CHANTRE / GLOBAL IMAGENS



JORGE PALMA

1950-2026

Partiu o “eterno viajante”,
ficam as suas canções

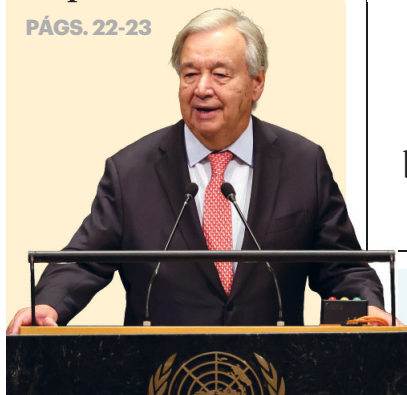
Músico morreu na madrugada
passada aos 76 anos, após 50
de carreira e mais de 13 discos
de estúdio a solo e canções icónicas
como “Estrela do Mar”
e “A Gente vai Continuar”.

PÁGS. 4-7, EDITORIAL E ÚLTIMA

Discurso

Guterres:
“O poder das
superpotências
não é assim tão
super”

PÁGS. 22-23



BdP e FMI temem riscos das tecnologias e da habitação

BANCA Fundo avisa que habitação é “vulnerabilidade importante para
o sistema financeiro”. Governador do Banco de Portugal pede aos
bancos que se preparem para riscos da alta tecnologia e outros, avisando
que avançará com novas regras caso note “complacência”. PÁG. 20

Saúde

Ministra promete
mais resposta do SNS,
deputados criticam
resultados até agora

PÁG. 15

Relatório

Ritmo de
crescimento dos
imigrantes recua 82%

PÁG. 16

Educação Greve da administração pública ameaça fechar escolas no dia 2

PÁG. 14



Editorial

Cecília Carmo

Subdiretora do Diário de Notícias

A voz que nos ensinou a ficar

Não conheci Jorge Palma pessoalmente. Nunca tive com ele uma conversa, nunca lhe apertei a mão, nunca estive num camarim à espera de uma frase ou de uma história. Mas acompanhei sempre a sua carreira. Acompanhei-a como se acompanham os artistas que acabam por fazer parte da nossa educação sentimental: primeiro pela rádio, depois pelos discos, pelos concertos, pelas canções que surgem num momento certo e ficam para sempre associadas a uma pessoa, a uma viagem, a uma casa, a uma ausência ou a uma noite demasiado longa.

Há músicos que têm êxitos. Jorge Palma teve uma obra. E uma obra não se mede apenas pelo número de discos vendidos, pelas salas cheias ou pelos prémios recebidos. Mede-se pelo lugar que passa a ocupar na vida dos outros. As canções de Jorge Palma deixaram de ser apenas dele no dia em que começaram a ser cantadas por todos nós, muitas vezes sem sequer pensarmos de onde nos vinha aquela frase, aquele refrão, aquela vontade súbita de olhar para alguém e dizer: “Encosta-te a mim.”

Era isso que tornava a sua música tão especial. Não havia excesso de pose, nem palavras vazias à procura de aplauso. Havia um piano, uma voz inconfundível, uma maneira muito própria de habitar a canção e uma honestidade que se sentia mesmo quando doía. Jorge Palma falava de amor, mas não do amor perfeito das histórias fáceis. Falava do amor que hesita, que falha, que se perde e que, ainda assim, procura uma nova oportunidade.

Talvez por isso tenha sido tão importante para tantas gerações. Porque todos, em algum momento, fomos frágeis. Todos já sentimos que o mundo nos parecia mais do que conseguíamos dar. Todos já atravessámos dias em que preci-



PEDRO CORREIA/GLOBAL IMAGENS

sávamos de uma luz pequena, mas decisiva, para não desistir. E, nesses dias, as suas canções pareciam dizer-nos, quase ao ouvido: “Dá-me lume.”

Jorge Palma foi um dos grandes cronistas das emoções portuguesas. Soube falar da solidão sem fazer dela um espetáculo. Soube escrever sobre a noite sem a tornar escura demais. Soube cantar o desejo sem lhe retirar a delicadeza. E soube mostrar que a melancolia pode ser bonita, desde que não nos prenda para sempre.

O país habituou-se a ouvir a sua música como quem reencontra alguém de confiança. A voz podia chegar mais rouca, o tempo podia passar, as modas podiam mudar, mas havia ali uma espécie de fidelidade a si próprio. Jorge Palma nunca pareceu disposto a adaptar-se ao

que era mais fácil ou mais vendável. Escolheu o seu caminho, com as contradições, as pausas, os excessos e a liberdade de quem não nasceu para obedecer a fórmulas.

As suas músicas ensinaram-nos que não há vergonha em admitir a vulnerabilidade. A palavra “frágil”, tão ligada ao seu universo, não era uma confissão de derrota. Era uma forma de verdade. Porque só quem reconhece a sua fragilidade pode perceber a força que existe em pedir ajuda, em recomeçar ou em ficar ao lado de alguém quando tudo aconselha a partir.

Não o conheci pessoalmente, mas há uma proximidade que não depende do contacto direto. É a proximidade que se cria quando um artista encontra as palavras que nós não conseguimos encontrar. Jorge Palma pertenceu a essa rara categoria de artistas que não nos falam de cima. Falava-nos ao lado. Falava-nos de pessoa para pessoa. E talvez seja por isso que, quando se anuncia a sua morte, a notícia não parece distante. Parece a partida de alguém que conhecíamos, mesmo sem o conhecer. De alguém cuja voz já nos tinha feito companhia em tantas ocasiões.

Hoje, recordam-se os grandes temas, os discos, os concertos, as colaborações e o talento extraordinário de um compositor que marcou a música portuguesa. É justo que assim seja. Mas há algo mais íntimo que permanece: a memória de cada um de nós com as suas canções.

Essa é a vitória dos artistas maiores: continuarem presentes quando já não estão. Jorge Palma partiu, mas deixou-nos uma espécie de casa feita de música. Uma casa onde cabem a saudade, o amor, o desalento, a esperança e até o riso. Porque a vida, por mais dura que seja, também pede que se encontre um lugar para respirar e dizer: “Deixa-me rir.”

“

Jorge Palma falava de amor, mas não do amor perfeito das histórias fáceis. falava do amor que hesita, que falha, que se perde e que, ainda assim, procura uma nova oportunidade”.



Global Media
23.9.2026

Direção Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Nuno Vinha (Diretores Adjuntos), Cecília Carmo e Margarida Vaqueiro Lopes (Subdiretoras) **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira e Rui Frias **Editor executivo adjunto** Ricardo Simões Ferreira **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Alexandra Tavares-Teles, Fernanda Cândia e Leonardo Ralha **Editores** Carla Alves Ribeiro, Nuno Braga e Sofia Fonseca **Redatores** Adelaide Cabral, Amanda Lima, Ana Meireles, Carla Aguiar, Caroline Ribeiro, César Avó, David Pereira, Frederico Bártolo, Isaura Almeida, Luís Reis Ribeiro, Nuno Tibiriçá, Rute Simão, Sónia Santos Pereira, Susana Salvador, Susete Henriques, Tomás Gonçalves Pereira e Vítor Moita Cordeiro **Arte** Fernando Almeida, Filipa Rodrigues e Susana Gonçalves **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) Margarida Vaqueiro Lopes (Diretora Executiva) **DN Brasil** Amanda Lima (Editora), Nuno Tibiriçá **Fotografia** Reinaldo Rodrigues (Editor), Gerardo Filipe Santos, Leonardo Negrão e Paulo Spranger **Comunicação e Marketing** Sabina Estreia **Redes Sociais** Carolina Lorena **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Frederico Bártolo, Leonardo Ralha, e Luís Reis Ribeiro **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **Diretor Geral Editorial** Filipe Alves **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Sede e Redação** Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º – 1250-166 Lisboa. **Tel.:** 213187679. **Fax:** 213 187 515; **Publicidade:** 213 187 500. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de dezembro 2025: 6 084 exps.

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos apct



Women'sHealth Men'sHealth

Health FEST

26 SETEMBRO
MAAT GARDEN
LISBOA

HYROX
CROSSFIT
BODY COMBAT
DANCE&FUN
HIIT...

SHOWCOOKING
TALKS
CONCURSOS DE CAPA
RUN CLUB

ENTRADA GRATUITA
DAS 9 AS 21H

OFERTA
HEALTHY
BAG

JORGE PALMA

Partilhou o palco com outras grandes figuras da música portuguesa e celebrou 50 anos de uma carreira cheia de sucessos.



REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGENS

Partiu o “eterno viajante”, ficam as suas canções

OBITUÁRIO Músico morreu na madrugada passada aos 76 anos, após 50 anos de carreira e mais de 13 discos de estúdio a solo e canções icónicas como “Estrela do Mar” e “A Gente vai Continuar”.

TEXTO ANDRÉ CERTÁ

Com um espírito livre e com amor para encher um bairro, Jorge Palma, um dos músicos mais icónicos da música portuguesa, morreu na madrugada de segunda para terça-feira aos 76 anos, anunciou a família num comunicado publicado na rede social Instagram.

O músico deixa-nos 13 discos de estúdio a solo ao longo de mais de 50 anos de carreira, tendo trabalhado com artistas como Sérgio Godinho, Amália

Rodrigues, Ary dos Santos ou Tonicha.

Jorge Manuel Abreu Palma nasceu a 4 de junho de 1950, em Lisboa, cidade que cantou e para onde sempre voltou. Na capital, Palma aprendeu a dar os primeiros passos na música, tendo entrado no Conservatório Nacional aos 10, onde foi mostrando “ter jeito para tocar piano” e até tinha um em casa.

Enveredou pela música erudita, tendo vencido o segundo prémio e menção honrosa no Festi-

val Juventudes Musicais, na cidade de Palma de Maiorca, em Espanha. Porém, apesar da formação erudita Palma amava artistas como os Beatles e, eventualmente, acabou por “cortar completamente com a música clássica”, algo que lembrou numa entrevista ao programa Pop-Off da RTP, em 1990, como tendo sido “uma encruzilhada na sua vida”. O corte, contou, foi também com a “possibilidade de se tornar menino prodígio”. “Sofrem muito. Se tivesse ido por

aí, neste momento era uma pessoa totalmente diferente”, lembrou então.

A viragem rock, a colaboração com Ary dos Santos e o início das viagens

Escolhendo o caminho do rock, o cantor juntou-se, no Algarve, à banda Black Boys. Após ter sido levado para Lisboa pelo pai para acabar os estudos, integra, na Faculdade de Ciências, o Sindicato, banda em inglês que incluía músicos como Rão Kyao e que teve o seu último concerto no primeiro Festival de Vilar de Mouros, em 1971.

No ano seguinte, começa a carreira a solo com um single cantado em inglês, “The Nine Billion Names Of God”, lançado logo em 1972. Seguiu-se um ano de colaboração entre Palma e o poeta José Carlos Ary dos Santos, com quem trabalhou e lançou um EP, “Última Canção” (1973), em que duas das quatro canções são escritas por Ary.

A dois anos do fim do Estado Novo, é chamado para ir para a Guerra Colonial, que durava desde o início da década passada. O cantor, que não concordava com o conflito, fugiu para a Dinamarca, onde viveu com o estatuto de exilado político até junho de 1974, regressando só meses depois da Revolução dos

Cravos (ver entrevista da página seguinte).

E volta com o espírito criativo aguçado, com uma participação na edição do Festival da Canção desse ano com o tema “Viagem” e o com o lançamento de “Com Uma Viagem na Palma da Mão”, o seu primeiro LP que o fixou a escrever totalmente em Português.

Foi nesta altura que João Gil disse ter encontrado o músico pela primeira vez. “A primeira memória é de quando nós estávamos a começar a banda Trovante, em Sagres, em 1976. Passou um gadelhudo com uma guitarra na mão, era o Jorge Palma”, lembra o músico. “Passou por lá. Era um viajante”, acrescenta.

Falando com o DN, o músico João Gil lembra Palma como “uma pessoa que se ama naturalmente e facilmente”, de trato muito humano e muito afetuoso”. Para além disso, continuou, o cantor era “um grande amigo sempre solidário e disponível para abraçar todas as causas”.

No ano seguinte a este encontro, 1977, Palma lança “Té Já”, um disco com nome de uma despedida temporária e que marca mais uma viagem para o estrangeiro, desta vez para palmilhar a Europa a viajar, a escrever e a tocar mais canções.

Regressado das suas viagens, onde chegou a tocar no metro de Paris para ganhar a vida, Palma recolhe uma série de canções escritas durante esse tempo e grava-as em Lisboa. Destas, nasce o disco “Qualquer Coisa Pá Música”, lançado em 1979. Foi o primeiro que contou com a contribuição do seu amigo Sérgio Godinho e onde se podem ouvir canções como “A Terra dos Sonhos” ou “Maçã de Junho”.

A explosão criativa dos anos 80 e os regressos dos anos 90

A década de 80 foi particularmente frutífera para Jorge Palma. Em menos de dez anos, editou quatro LPs onde a maioria das canções mais icónicas podem ser ouvidas, nas suas versões iniciais ou em vários reprises. Logo no “Acto Contínuo” (1982), podem-se ouvir “Picado pelas abelhas”; “Portugal, Portugal” e “A Gente Vai Continuar”. Em “Asas e Penas” (1982), a mágica “Estrela do Mar” teve a sua primeira aparição, tal como a Canção de Lisboa (intitulada aqui com o verso do refrão “Onde Estás tu, Mamã”).

N’O Lado Errado da Noite” (1985), gravou “Deixa-me Rir” e



Saiu e voltou ao país, e nunca parou de compor, de cantar e de escrever.

RITA CHANTRE / GLOBAL IMAGENS



Jorge Palma na altura do lançamento do disco "Bairro do Amor", em 1989.

ARQUIVO DN



"A primeira memória é de quando nós estávamos a começar a banda Trovante em Sagres. Passou um gadelhudo com uma guitarra na mão...[...] Passou por lá. Era um viajante".

João Gil
Músico

sublinhou que "há quem viva escondido a vida inteira". O tema do "Bairro do Amor", aberto em "Té Já" dá o nome ao último disco da década (1989), tendo uma nova versão da música ao lado de êxitos como "Dá-me Lume", "Frágil", "Passos em Volta" ou "Só".

E é "Só" (1991) que Palma começa a década de 90, que se tornam anos de regressos às canções que gravou para lhes dar outra roupa. O disco foi o último gravado nos antigos estúdios da Valentim de Carvalho, tocado inteira-



Apesar da timidez, era nos palcos que Jorge Palma se encontrava e encantava [ainda mais] o público.

JOÃO GIL

mente no piano Steinway alugada pela editora para o propósito.

Se "Só" trouxe versões acústicas e despedidas da sua música, o disco seguinte "Palma's Gang" mostrou a sua "Cara de Anjo Mau". Gravado ao vivo no bar Johnny's Guitar (sucessor espiritual do Rock Rendez-vous gerido por Zé Pedro e Kalú dos Xutos e Pontapés), o "Palma's Gang Ao Vivo no Johnny's Guitar" ligou o cantor de volta ao seu lado mais rock, juntando-o a membros dos Xutos e dos Rádio Macau para tocarem

versões de canções como "Picado pelas Abelhas" ou "Portugal, Portugal" ligadas à eletricidade.

Rio Grande, Cabeças no Ar e o regresso aos originais no século XXI

No fim deste ciclo, Palma junta-se a mais um supergrupo, os Rio Grande, com Rui Veloso, Vitorino, Tim, João Monte e João Gil. Este último conta que a escolha do cantor para entrar no grupo se deveu aos seu espírito de "eterno viajante". "O Jorge sempre foi uma fi-

gura quase libertária da música portuguesa. E foi nessa medida que eu achei que ele tinha que fazer parte do Rio Grande", contou ao DN. "Porque estávamos a falar de uma história de pessoas que viajam do sul à procura de melhores condições de vida. E o Jorge personificava muito essa história do Rio Grande", sublinha. "O Jorge tocava piano como ninguém. Era um grande músico. Era um grande compositor", lembra ainda João Gil, destacando a alma de "poeta sempre no fio da navalha".

Foi nesta altura que Palma passou a ser agenciado por Manuel Moura dos Santos, com quem esteve no supergrupo Cabeças no Ar e voltou a uma nova fase de originais na entrada do séc XXI, tendo editado "Jorge Palma" (2001), "Norte" (2004), "Voo Nocturno" (2007) – que abre com o seu êxito "Encosta-te a mim" – e Com Todo o Respeito (2011). Ao DN, Moura dos Santos conta que, apesar adorar dar concertos, o regresso à criação era necessário. "Era uma pessoa que percebia que tinha que trabalhar, que tinha que desenvolver a carreira dele e que tinha que continuar a fazer canções". "Não se pode dizer que seja uma pessoa que estagnou ou parou. Pelo menos no tempo em que nós trabalhávamos juntos, ele tinha sempre ideias, estava sempre a dizer 'Agora já estou a pensar no próximo disco'", acrescentou.

Em 2023, Palma lançou o seu último disco, chamado Vida. Numa entrevista ao Público dessa altura, o cantor dizia que o nome refletia um diálogo dele com a vida enquanto pessoa. Durante boa parte da sua vida, lutou publicamente contra o alcoolismo, um fantasma que pairou sempre sobre a sua existência. Ainda assim, em 2020, o cantor contava ao programa Vejam Bem da RTP que o seu lema de vida já tinha sido cantado por ele. "Enquanto houve estrada para andar, a gente vai continuar. É o meu lema", disse então.

Jorge Palma: “Tive a lucidez de perceber que precisava de ajuda”

ENTREVISTA O DN republica a entrevista de vida que fez ao compositor e cantor em agosto de 2015.

TEXTO ANA SOUSA DIAS

Nas últimas semanas, fez imensos concertos. Está com uma enorme resistência física.

O que se passa?

Têm sido muitos, têm. Desde a primavera do ano passado foi crescendo o número de concertos e tem sido ótimo. E aguento. Eu gosto de estar em palco. De ensaiar não gosto muito mas tem de ser. No trabalho com o Sérgio Godinho, temos ensaiado bastante, mas depois dá gosto o resultado. E estou perfeitamente à vontade em relação à bebida, podem beber à minha volta.

Fez um tratamento? Está nos Alcoólicos Anónimos?

Eu não estive nos Alcoólicos Anónimos. Aliás, nunca fui a nenhuma reunião, apesar de elas estarem a acontecer nas semanas em que eu estive em tratamento no Hospital Júlio de Matos. Não fui, porque tinha mais que fazer. Tinha de escrever, tinha de ler livros tipo em diagonal, captar a essência e escrever depois textos meus.

Sempre em torno do tema do álcool?

Sempre à volta do álcool. Com as consequências do beber excessivo, os malefícios. Este plano começou a ser testado no Minnesota e implica quatro semanas com uma equipa técnica – que, neste caso, é excelente. Não há telemóveis, não podemos levar livros à nossa escolha. É mesmo concentração. E, pelos vistos, resulta. Levantamo-nos às sete da manhã e até às dez da noite não podemos voltar para a cama. Há sempre qualquer coisa para fazer. Reuniões, ouvir histórias, contar histórias. Pôr a mesa, limpar a mesa, varrer o chão, responder a questionários, composição de textos.

O que aconteceu para fazer essa mudança?

Fiz duas ou três desintoxicações, mas não passaram da desintoxicação do corpo, e isso processa-se

em quatro dias. Processar a cabeça é outra coisa. As outras desintoxicações acabei por não ter consciência delas. Pronto, limpei. Está aí? Está. Vamos embora para outra. Desta vez, a convivência com os meus companheiros deu para perceber até que ponto as pessoas podem perder tudo.

Nunca mais bebeu?

Não. Fui aos Açores, agora, com o Zeca Medeiros, e nessa noite foi à Lagardère e arrependi-me. Dei-me mal, não gostei, fiquei chateado comigo próprio e não vale a pena, por aquele momento de euforia.

E sente falta do álcool?

Não. Não.

Foi para lá para lá porque estava em risco de vida?

Fui porque precisava de ajuda e era óbvio e tive ainda a lucidez suficiente para perceber que precisava de ajuda a sério.

Continua a ser acompanhado?

Eu não tenho tido tempo de ir lá conversar com o meu psiquiatra mas é um tipo porreiro e, muitas vezes, falamos por mensagens e ao telefone. E o que ele quer e está a perceber é que eu estou bem. Mas faz bem conversar, de vez em quando, fazer o ponto da situação, falar das coisas que toda a gente tem: altos e baixos, ansiedades. Há

No final do 2.º ano, com cadeiras em atraso do 1.º, deixei de ir às aulas, pura e simplesmente. Estava a ter uma vida muito interessante com colegas músicos, a fazer bandas, a aprender com o Ary dos Santos, aquelas noites todas em que eu...



Jorge Palma fotografado para o DN em 2015.

momentos em que eu estou perfeitamente bem-disposto, há momentos em que nem tanto mas isso faz parte da vida. Portanto, é aceitá-la. Vendo as vidas daquelas pessoas que encontrei, tenho uma sorte do tamanho sei lá de quê.

Isso é que fez a mudança, ver os outros e comparar?

Foi muito importante ver as pessoas, as vidas delas, aonde se dei-

xaram chegar e ver que eu, por uma questão de sorte, não estava tão depauperado, tão fragilizado e tão à mercê de um destino muito sombrio. Senti muito fortemente que tenho é de me agarrar e é muito bom aquilo que eu tenho para me agarrar. Desde a música até bons amigos, etc.

Li numa entrevista que começou a beber aos 12, 13 anos, para se

armar em homem, e que isso era habitual nessa altura.

Era. Era fumar e beber.

E bebia o quê?

Vinho. Sobretudo a partir do momento em que fui para o colégio interno nas Mouriscas [Colégio Infante de Sagres]. Bebia-se muito vinho e cerveja.

Porque é que foi para o colégio interno?

Porque já estava a fazer estragos à minha volta. Fui convidado a sair do Camões. Estava em vias de chumbar pela segunda vez o 4.º ano do liceu e os meus pais acharam por bem – e muito bem fizeram – pôr-me lá com um diretor, que era uma pessoa fantástica, o Santana Maia. Fui para o colégio em 1964. Em 1967, quando estava em vias de concluir o 7.º ano, fui para o Algarve nas férias da Páscoa, decidi que já chegava e fiz férias. Retomei os estudos em Lisboa, no Colégio Académico. O meu pai convenceu-me, e muito bem, também. Fui para a Faculdade de Ciências para ser engenheiro. No final do 2.º ano, com cadeiras em atraso do 1.º, deixei de ir às aulas, pura e simplesmente. Estava a ter uma vida muito interessante com colegas músicos, a fazer bandas, a aprender com o Ary dos Santos, aquelas noites todas em que eu... Esse tempo foi muito profícuo. Conheci o Sttau Monteiro, a Natália Correia. Noites muito engraçadas. E aprendi bastante com o Ary.

Nessa altura, não lhe passou pela cabeça estudar música? Só foi muito mais tarde.

Na altura, percebi que conseguia ganhar dinheiro a fazer música, a fazer orquestrações. Apesar de não ter ainda – como acabou por acontecer mais tarde – feito os estudos de música, piano e essas coisas todas, sabia o suficiente para escrever para violinos, cordas, sopros. Tinha trabalho. O pouco dinheiro que tinha marchava. Foi muito despreocupadamente que vivi esses tempos. Nunca senti medo do futuro. Sentia-me rodeado por pessoas que eu considerava meus amigos e alguns eram, outros nem tanto, mas senti-me sempre protegido e confiante. E comecei a experimentar drogas.

Que drogas, nessa altura?

É um processo que começa pela erva, haxe e depois vai-se experimentando outras coisas. Eu experimentei tudo. LSD também, a certa altura. Muito haxe. Depois vêm as cocas e a heroína. Houve uma altura em que disse: “Por este caminho não vou lá!”

E deixou tudo?

Deixei o grupo, que é o fundamental. Fui para Espanha, com uma guitarra, e também percebi que podia viver porreiramente a tocar na rua. Comecei em Espanha e depois França, Paris. E sempre despreocupadamente. Houve uma altura em que via o pessoal todo à minha volta muito mal. Eu próprio olhava para o espelho e estava ver-



O músico, com formação clássica e rendido ao rock, é considerado um dos melhores autores da música portuguesa.

de. Isso foi com 26 anos. Aos 27 já nunca mais tive nenhum desejo, pelo contrário, de drogas desse género. Não quer dizer que não dê uma passa, eventualmente, se me passarem um charro, mas não tenho apetência para isso. No fundo, reduzi tudo ao álcool, substituí tudo pelo álcool, em termos de alienação.

O que é que o álcool dá?

Falando em álcool, até nem é uma ideia agradável. Agora, um bom vinho é um bom vinho, uma cerveja fresquinha, são coisas boas. Champanhe, conhaque. Dão uma certa euforia. Mas quando se passa do beber social para um beber excessivo, compulsivo, aí está o caldo entornado. E aí o beber social já não pode ser abordado da mesma maneira. É impossível. Porque há aqui um mecanismo.

Como é que é? Um marcador somático adquirido. É como se chama tecnicamente?

O meu médico disse-me que é um marcador somático que é adquirido. Portanto, há um valor que, no meu caso, que tenho uma doença chamada alcoolismo, quando se bebe dois copos ou três de repente o organismo dispara e não fica contente enquanto não se atinge esse valor máximo. É tão simples quanto isso.

Lembra-se de si sem tocar piano? Porque começou a tocar aos 4 anos.

Comecei a tocar naturalmente. Tinha piano em casa, a minha mãe tocava. E eu tocava o que ouvia na rádio e nos discos que a minha mãe punha. Imitava. Tenho um bom ouvido, tenho uma memória

Tenho um bom ouvido, tenho uma memória musical razoável. A música é o meu meio, faz parte da minha existência. Deixar de tocar é uma coisa que não me passa pela cabeça. Não faria sentido.

musical razoável. A música é o meu meio, faz parte da minha existência. Deixar de tocar é uma coisa que não me passa pela cabeça. Não faria sentido.

Foi a sua mãe que lhe passou o gosto pelo piano?

E encorajou-me sempre. Estive na Fundação Musical dos Amigos das Crianças até aos 7, 8 anos e, aí, comecei a ter aulas com a Fernanda Chichorro, uma grande professora.

E a guitarra?

A guitarra, durante muito tempo, era o meu instrumento diário porque andava na estrada. Não dá jeito levar um piano. Mas quando encontrava um piano, mesmo em França ou na Alemanha, em qualquer sítio, sentava-me a tocar. O piano é completo, do ponto de vista visual. Estou a tocar uma nota na guitarra e visualizo essa nota no piano. Depois é uma questão de prática, tocar melhor ou pior.

Quem não sabe piano não faz

essa transposição?

Não, e não precisará. A mim dá-me jeito, porque o piano é uma orquestra. Tem uma extensão, uma versatilidade muito grande.

A passagem da chamada música clássica para o rock foi uma coisa natural na época?

Sim. Aos 13, 14 anos. O Elvis, o Neil Sedaka, o Jerry Lee Lewis, que tocava piano e batia com o pé no teclado. Mas os Beatles bateram-me de maneira diferente.

Começou a cantar na rua e no metro em Espanha e em França. Na Dinamarca também?

Também. Vivi lá um ano e até fui à rádio, onde toquei uma canção do Sérgio Godinho. Foi na Dinamarca que compus o meu primeiro álbum, A Viagem na Palma da Mão, porque lá em casa havia um piano de cauda.

Uma casa com piano de cauda? Como foi isso?

A casa pertencia a um encenador que eu tinha conhecido cá no verão anterior, ele tinha tentado montar cá o Godspelle e acabou por não conseguir. Mas eu ia participar. Ofereceu-me a casa para quando fosse à Dinamarca. E portanto foi lá que fiquei quando saí para não ir à tropa. Consegui licença militar por uma semana, 15 dias antes da minha data de entrada na tropa, e até viajei com bilhetes mais baratos, por causa da Mocidade Portuguesa. Foi um alívio, quando me vi lá. Ele tinha um palacete com quartos alugados a estudantes-trabalhadores, todos eles. Fez-me muito bem, esse convívio.

Voltou depois do 25 de Abril?

Só voltei em agosto, porque ainda

tentei ficar em Londres mas foi uma grande confusão. Estava teso, não me queriam deixar ficar em Inglaterra. Perceberam que eu não ia voltar para a Dinamarca, que não tencionava ficar em Londres só uma semana. Na minha bagagem até frigideiras tinha. Aquilo ficou a rolar no tapete, não sei quantas malas. “Ah! Você vem passar uma semana, claro.” E eu, “sabem, eu sou muito esquisito, só gosto de fazer fritos na minha frigideira...” E tive de usar um argumento que não é daqueles de que eu mais gosto... Tinha dois amigos a viver em Inglaterra que se responsabilizavam por mim mas isso não chegava. Então, disse-lhes: “Sou primo do primeiro-ministro português.” E era.

Primo de quem?

Do Adelino da Palma Carlos. Primeiro disseram: “Até podia ser primo da rainha...” Mas depois funcionou. Deram-me um visto para 15 dias. Fiquei na Inglaterra mas percebi que não dava para continuar. Fui para casa de uma tia minha, francesa, que era chanceler no Consulado de Portugal no Havre. Ainda fui a Espanha ter com o João Maló, um músico que ainda hoje está aí a tocar e muito bem. Ele tinha-me falado num trabalho mas aquilo não deu. Então, aluguei um Mini, em Málaga, e entrei em Portugal pelo Algarve, num belo domingo de agosto, sem gasolina para chegar a Lisboa. Um GNR emprestou-me gasolina. E eu disse: “Alto aí! Isto mudou mesmo!”

Fazer uma letra como a do Frágil ou a do Dá-me Lume, muito diretas, pode parecer fácil. É mesmo?

Não é evidente. E também não sei como é que se faz, porque a ideia é constatar qualquer coisa e arranjar a fórmula mais eficaz, que é a simplicidade. Eu não tenho uma receita para isso.

Como é que começa?

Eu agora comecei outra vez a escrever, que era uma coisa que não fazia há uns tempos. Estava aqui, ia para a cama, voltava, pegava na guitarra. Estão a sair umas coisas engraçadas, o que me dá gozo.

Há música má?

Então não há? Nem sei se nem sequer é música. E há compositores para os quais não tenho pachorra. Por exemplo, as sinfonias do Bruckner. Gosto mais do Brahms. E porquê? De onde é que cada um vem e o que é que cada um está a tentar fazer? O Wagner, de um modo geral, é avassalador, é um génio.

*A entrevista completa pode ser lida no site do DN.

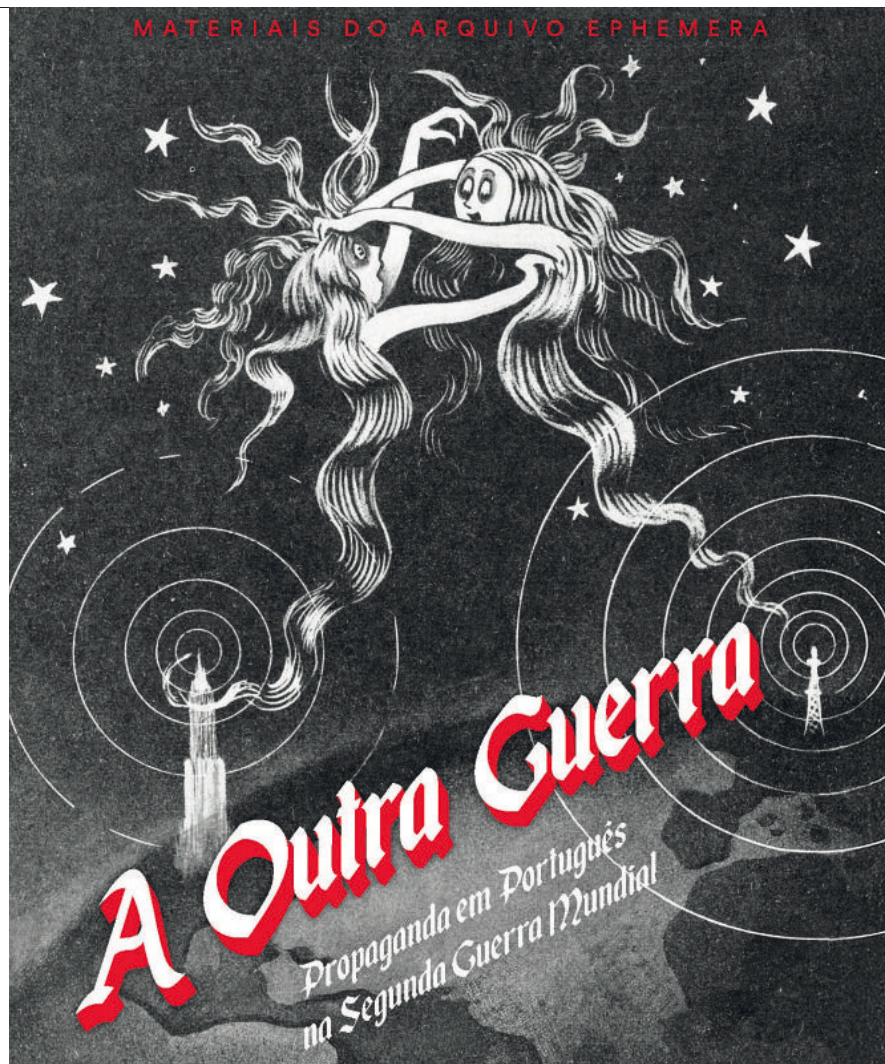
A
figura
do
dia

Luís Osório

Deixa-me rir, Jorge

Era o mais imperfeito entre todos os que marcaram a nossa vida nos últimos 50 anos. Compôs canções tocadas pela eternidade em madrugadas de whisky e tabaco. Foi excessivo, solitário, autodestrutivo, mas também genial, generoso e sumptuosamente livre e insubmisso. Jorge Palma morreu, parece impossível que tal lhe tenha acontecido. É que às tantas, ao vê-lo em palco, sempre desafiador, sempre mais jovem do que os jovens que o aplaudiam, sempre mais indomesticável do que aqueles que têm a perder, convenci-me de que fosse infinito. Bastava o primeiro acorde de “Estrela do Mar” para viajarmos para um outro mundo, bastava que nos falasse de Amor para desejarmos que existisse mesmo o bairro mais utópico das nossas vidas, bastava a primeira ginha para dançarmos com ele na sua inquebrantável fragilidade.

Era o mais imperfeito dos homens. Não há elogio maior que lhe consiga fazer, nada é mais belo do que a imperfeição, nada é mais definidor das pessoas que verdadeiramente marcam a história. Nesta época de perfeitos e idiotas sem mácula, que a memória coletiva raramente premeia, abram alas para que Jorge Palma possa ter no lugar para onde foi, e o mais rapidamente possível, o piano de cauda onde continuará, de certeza absoluta, a existir estrada para andar. Morreu um enorme monstro. Alguém que nunca quis parecer ser o que não era, o que foi sempre ele próprio. O único dos músicos portugueses que se poderia sentar na mesma mesa de Patti Smith, Bob Dylan, Laurie Anderson ou Nick Cave, sem parecer deslocado ao primeiro refrão.



OLHAR

A Outra Guerra, Propaganda em Português na Segunda Guerra Mundial, pertencente à Ephemera, de José Pacheco Pereira, é uma das exposições inauguradas no Barreiro, no Parque Empresarial da Arco Ribeirinho Sul. A outra é *O Som é Silêncio*, do 18-25 Research Studio, com produção da Space Collectors. As mostras – que assinalam as Jornadas Europeias do Património 2026 – estão disponíveis até ao final do ano, todas as terças-feiras, sábados e domingos e a entrada é gratuita.

FOTO DIREITOS RESERVADOS

Fiel da Balança
Aline Hall de
BeuvinkDesmistificar não é
apagar Portugal

Há uma discussão inevitável à medida que se aproximam as comemorações dos 900 anos da Fundação de Portugal: como celebrar a formação do País sem transformar a História numa lenda? A resposta deveria ser simples: com rigor, sem complexos.

É legítimo discutir se 1128 deve ser designado como uma “data de fundação”. A historiografia sabe que Portugal não surgiu, acabado, numa só batalha. Mas daí não resulta que São Mamede seja uma data arbitrária, nem que falar de fundação seja um equívoco. A própria resolução que institui as comemorações apresenta 1128 como o início do processo de formação de Portugal, seguido pela afirmação em Ourique, em 1139, pela consolidação em Zamora, em 1143, e pelo reconhecimento pontifício de 1179. É uma sequência histórica, não uma certidão de nascimento.

Importa, porém, distinguir História de deslegitimação da memória. Alexandre Herculano oferece um precedente exemplar. Ao estudar o Milagre de

Ourique, submeteu a tradição à crítica documental e recusou a sua historicidade. Mas não apagou Ourique da cultura portuguesa. A batalha, a tradição e a sua iconografia continuaram na memória e no património simbólico nacional. A crítica histórica permitiu compreender a formação do mito e o seu papel na identidade portuguesa.

Esse deveria ser o equilíbrio em 2028. Podemos discutir São Mamede, Ourique, Zamora e a *Manifestis Probatum*. Podemos corrigir mitos e confrontar interpretações. O que não devemos fazer é transformar a complexidade da formação de Portugal num argumento contra a celebração da sua continuidade histórica.

Uma comemoração nacional não deve ser catequese patriótica. Mas também não deve ser penitência histórica. Deve ser uma oportunidade para conhecer melhor Portugal: a sua formação, os seus conflitos, os seus mitos e a continuidade de uma comunidade política e cultural.

A lição de Herculano actual: o rigor não precisa de medo da memória. Podemos desmistificar o passado sem o desprezar. Uma nação adulta consegue conhecer melhor a sua História precisamente porque não tem medo de a olhar de frente.

“

A lição de Alexandre Herculano continua actual: o rigor não precisa de medo da memória.”

Professora associada da Universidade Autónoma de Lisboa e investigadora (do CIDEHUS).
Escreve sem aplicação do Acordo Ortográfico



O calcanhar de Aquiles Guilherme d'Oliveira Martins

A cada um o seu estoicismo

Marcello Duarte Mathias é um dos nossos mais lúcidos ensaístas, com uma obra rica e multifacetada. Diplomata experimentado, sereno analista da sociedade e da cena internacional é alguém que acompanha com especial atenção a evolução do tempo à luz do pensamento e da relação complexa entre a história e o saber. Leitor atento e atualizado é sempre o mais avisado conselheiro sobre os melhores livros e os autores mais oportunos e necessários. Li com o gosto e o proveito costumeiros o seu último livro, que aconselho vivamente, – *Intervalo – Diário 2024-2025 seguido de A Memória dos Outros III – Ensaios e Crônicas* (D. Quixote). No fundo, compreendemos bem que para o autor “escrever é saber-me vivo, sentir-me vivo, continuar vivo”. É bom, para os seus amigos, ouvir as suas reflexões e usufruir da sua inesgotável qualidade de advertir. Em cada palavra, em cada forma de compreender o tempo, em cada verificação dos limites que nos constroem, deparamo-nos com a qualidade de caminhar, percebendo que para frente é o caminho. E sentimos na sua experiência pessoal a sensibilidade para encarar a essência do drama humano a partir de quem é próximo e cuja presença é sempre enriquecedora, mesmo quando a luz se enfraquece.

Na reflexão determinada, o analista afirma, no domínio da coisa pública, que “importa saber hierarquizar prioridades e

“

Num momento dado à amnésia histórica, é fundamental estar de sobreaviso e cuidar de pensar.”

governar com sentido da continuidade histórica – daí o primado da política sobre as restantes valências – sabendo que a História é trágica, especialmente para os países mentalmente desarmados, como é hoje em boa medida o nosso caso, sendo esta talvez a nossa primeira vulnerabilidade de entre outras a que estamos sujeitos. E, do mesmo passo, não enganar ou iludir os portugueses, povo adulto perfeitamente apto a enfrentar a verdade dos factos, pois tudo leva a crer que os tempos que aí vêm não são de bonança”. Num momento dado à amnésia histórica, é fundamental estar de sobreaviso e cuidar de pensar. A propósito da reedição da biografia de Fernando Pessoa por João Gaspar Simões, encontramos o paralelo entre as duas gerações mais influentes dos últimos séculos e compreendemos a vitalidade das ideias, como modo de nos acordarmos de um sono mul-

tissecular. “Decerto ambos os movimentos assumem o gosto do desafio que é sobretudo vontade de emancipação, porquanto têm como ponto de partida uma demanda de identidade. Com sensíveis diferenças, todavia: a *Geração de 70* é uma irreverência coletiva empenhada na regeneração moral do país, enquanto *Orpheu* se afirma pela largueza de vistas aliada a uma iconoclastia intelectual. Mais artística, aliás, do que ideológica. Numa palavra, *Orpheu* é uma aposta, a *Geração de 70* uma pedagogia. Percepções diferentes ou faces da mesma moeda?” Gaspar Simões e os companheiros da *Presença* compreenderam a continuidade e a excecionalidade de *Orpheu* e Eduardo Lourenço propôs-se repensar os mitos, para além das fantasmagorias, inserindo-os no senso comum, sem esquecer os sonhos e a capacidade de acordarmos com os pés assentes na terra (sem a ilusão messiânica, mas sem indiferença para a mesma). A aposta e a pedagogia estão sempre presentes na nossa idiossincrasia. E assim os mitos são pensados à luz de Montaigne e Pascal, como no *Labirinto da Saudade*. Marcello Mathias lê-se com gosto, qual Diógenes em busca de ver melhor. Contemplar o mundo com olhar póstumo é um alerta, um modo de aprendizagem. “A cada um o seu estoicismo”.

Presidente do Conselho das Artes do Centro Nacional de Cultura



Prosas soltas Luís Castro Mendes

A máquina de nos tornar maquinismos

Je est un autre
Rimbaud

Eu é um outro – quando Rimbaud exprimiu esta máxima abordou o essencial da escrita e da arte: procuramos, por muito que nos mantenhamos agarrados ao nosso pobre eu, essa capacidade de ser outro que reside na invenção de personagens e situações fictícias, na tensão com as palavras e os seus sentidos que trabalha toda a poesia, na entrega às cores e aos sons, para além da mimese, na busca de um fator de perturbação, que alargue e ilumine a nossa percepção do mundo.

Toda a simplificação e redução da capacidade de invenção de mundos possíveis e de identificação com o outro de nós mesmos atenta contra a nossa condição humana. O fascínio pela mecanização da Humanidade ou pela sua superação por máquinas pós humanas tem que ver com essa vontade, que é uma pura vontade de poder, vontade de aniquilar no género humano todo o seu potencial de liberdade.

Nesse sentido, o projeto, alegadamente atribuído às máquinas que criamos, de nos destruir, é na realidade a máscara dessa vontade de poder insaciável, que quer formar o humano à medida de um instrumento mecânico, de um escravo sem qualquer capacidade de revolta.

A ilusão dos ludditas, que parece estarmos a repetir, foi a de atribuir às máquinas que tornaram

possível a Revolução Industrial o desapossamento dos trabalhadores do sentido do seu trabalho, que decorria de um processo de transformação social. As máquinas eram instrumentos apenas de um projeto novo de poder, humano, demasiado humano.

As máquinas que inventamos só nos irão matar se para isso forem programadas, tal como, neste momento, elas só infringem as regras e invadem domínios reservados de empresas concorrentes porque nada na sua concepção e montagem foi destinado a impedir essas violações, do mesmo modo que a desregulação financeira fomenta a liberdade de es-

peculação e propicia a eclosão de crises.

Escrevo estas palavras na perfeita consciência de que estou a abordar assuntos que mal conheço. Serão intuições ou simples *wishful thinkings*? Seja como for, exprimo aqui ao mesmo tempo o meu medo e a minha esperança. Porque se limitarmos a nossa “consciência antecipatória” (Ernst Bloch, no *Princípio Esperança*), sacrificando-a ao eterno e conformato presente do “*there is no alternative – TINA*”, estamos na verdade a mutilarmo-nos como seres humanos e a aceitar um destino de máquinas subalternas.

O debate em curso sobre a Educação não pode ocultar, atrás de números, percentagens e tabelas, a degradação cultural que a redução ao mínimo dos estudos históricos, literários e artísticos no ensino secundário tem vindo a provocar nas últimas décadas. A diminuição da exigência é um mal: mas a diluição dos objetivos é um mal maior.

Mas não serão os nossos medos tão exagerados como todas as previsões de fim do mundo, com que o sempre atual pensamento apocalíptico nos tem brindado, por todos os séculos? Não serão um modo mais de nos tornar resignados a todos os horrores e incapazes de nos movermos contra tudo o que nos limita e ameaça?

Eu não sei. Apenas pergunto.

Embaixador jubilado e escritor

“

Não serão os nossos medos tão exagerados como todas as previsões de fim do mundo, com que o sempre atual pensamento apocalíptico nos tem brindado, por todos os séculos?”

Melo acusa Chega de “difamação” sobre compra de fragatas

AUDIÇÃO Ministro da Defesa justificou aos deputados o investimento de 3,9 mil milhões de euros em três fragatas e destacou o impacto para a indústria nacional, tendo em conta que “as munições vão ser produzidas cá. Estamos a falar de empresas, postos de trabalho, criação de riqueza”.

TEXTO VÍTOR MOITA CORDEIRO

O ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, durante uma audição regimental no Parlamento acusou o Chega de o ter “difamado” ao levantar dúvidas sobre a aquisição das três fragatas financiadas através do instrumento europeu SAFE. Para o governante, “isto não é sério, é difamação pura”, por isso, lançou, “o que está em causa deixou de ser no domínio da política, passou a ser do domínio da justiça”.

Nuno Melo insistiu que o SAFE – o Instrumento de Ação para a Defesa da Europa, que apoia um investimento de cerca de 5,8 mil milhões de euros para a aquisição de equipamentos – é um mecanismo europeu transparente e escrutinado, “auditado e usado por vários países. Não há nada escondido”, afirmou, acrescentando

que transformar uma audição regimental num palco de insinuações “não serve o interesse nacional”. Para o ministro, o Chega ultrapassou o limite do escrutínio legítimo: “Questionar é legítimo; insinuar é irresponsável.”

Em determinada altura, por considerar que o Chega colocava em causa a aquisição dos equipamentos, Nuno Melo acusou o partido liderado por André Ventura de demonstrar “falta de patriotismo” ao pôr em causa um investimento que, segundo defendeu, reforça a capacidade militar do país. “Atacar um programa que aumenta a nossa segurança coletiva é, no mínimo, pouco patriótico”, declarou, sublinhando que Portugal precisa de “consenso na Defesa, não ruído político”.

A acusação incomodou o coordenador do grupo parlamentar

do Chega na Comissão de Defesa, o deputado Nuno Simões de Melo, que reagiu de imediato. “Não admito que se ponha em causa o patriotismo do Chega”, disse, insistindo que o partido está a cumprir o seu papel.

Nuno Simões de Melo reforçou que levantar dúvidas sobre con-

“Sem o SAFE não havia nenhuma possibilidade de fazermos o que estamos a fazer, nem no tempo, no momento em que agimos.”

Nuno Melo
Ministro da Defesa

tratos de elevado valor é uma obrigação parlamentar. “Questionar não é atacar Portugal”, afirmou, acrescentando que o ministro não pode confundir crítica com deslealdade: “Patriotismo não é concordar com o Governo.”

Nuno Simões de Melo, que no início da audição acusara o ministro de ter uma “aversão ao escrutínio”, perguntou a Nuno Melo quanto é que o país iria pagar na totalidade, incluindo juros e em quantas parcelas e quanto é que já foi pago, referindo-se ao custo total dos equipamentos, que foi referido como correspondendo a 3,9 mil milhões de euros.

O ministro apresentou os números do programa, detalhando o custo das fragatas e dos investimentos associados referindo que “o valor unitário é 893 milhões de euros”, acrescentando que as al-

terações solicitadas pela Marinha representam “63 milhões de euros” adicionais por navio. “Dá 960 milhões de euros por cada fragata”, resumiu.

O ministro especificou ainda que o montante global seria “2.880 milhões de euros pelas três fragatas.” A estes valores somam-se despesas complementares, como os “461 milhões para sustentação do ciclo de vida”, “310 milhões para armamento, mísseis e munições”, “130 milhões para adequação da base naval” e “95 milhões para capacitação da Marinha e do Arsenal do Alfeite”. No final, o número totalizou “3.914 milhões de euros”.

Benefícios para a indústria portuguesa

Sobre o preço das fragatas FREMM EVO italianas, Nuno Melo confirmou que esse valor “não é o preço fixo para Portugal” e que as fragatas nacionais, contratadas em 2026, refletem um contexto geopolítico e industrial diferente. “Dois anos, no atual contexto geopolítico, é uma eternidade em matéria de preço”, disse, lembrando a guerra na Ucrânia, a instabilidade no Médio Oriente e o aumento da procura internacional.

Para justificar os “67 milhões de euros de alterações que pedimos”, o ministro da Defesa destacou capacidades que considera essenciais, como a “detecção e destruição de drones”, “capacidade de distribuição de mísseis balísticos”, “navios totalmente elétricos e silenciosos para luta antissubmarina”, “sensores de última geração” e “mais mísseis de defesa aérea”.

O ministro dedicou parte das declarações finais ao impacto industrial da decisão. “Temos 8,3% de incorporação nacional direta”, disse, considerando que “as munições vão ser produzidas cá. Os drones são 100% nacionais. Vamos fabricar satélites em Portugal. Vamos produzir blindados cá”, afirmou, apresentando o SAFE como motor de reindustrialização tecnológica. “Quando foi a última vez que isto aconteceu em Portugal?”, perguntou, sublinhando que está a “deixar qualquer coisa para as gerações vindoras”.

Sobre o financiamento, Nuno Melo voltou a defender o SAFE como instrumento decisivo, numa resposta ao deputado centrista João Almeida, que o instara a justificar o recurso a este programa de financiamento em defesa.



Nuno Melo confrontou o Chega com as suspeições que o partido tinha lançado sobre si.

PAULO SPRANGER



Gonçalo Matias disse ter
“humildade para ouvir”.

Ministro quer todos a favor da Lei do Tribunal de Contas

PARLAMENTO Gonçalo Matias elogiou “evolução do Chega” e criticou declarações da presidente da entidade que o Governo quer reformar.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

O ministro Adjunto e da Reforma do Estado, Gonçalo Matias, repetiu várias vezes, nesta terça-feira, durante a última audição parlamentar da discussão na especialidade da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, que espera ver o diploma aprovado pela maioria mais ampla possível. E aproveitou as perguntas dos deputados para deixar claras as suas divergências com a presidente da entidade, Filipa Urbano Calvão, que se tem manifestado contra as alterações pretendidas pelo Governo.

Em resposta ao deputado Bruno Nunes, que disse estar disponível para “encontrar um meio caminho”, Gonçalo Matias registou “com muito agrado a evolução do Chega”, e partilhou o desejo “de que todos os partidos votassem a favor” da proposta do Governo. Mas tanto na eventual inconstitucionalidade da nova lei, por limitar a fiscalização prévia a contratos a partir de 10 milhões de euros, como na referência à Administração Pública que “não tem maturidade”, em ambos os casos com Nunes a citar uma entrevista de Urbano Calvão, o ministro referiu o “frontal desacordo” com tais afirmações.

Sem se comprometer com alterações que venham a ser feitas na

especialidade, Gonçalo Matias defendeu a “verdadeira reforma estrutural”, repudiando os “comentários pouco informados” que o acusam de tentar “extinguir ou diminuir” o Tribunal de Contas. E que a redução da fiscalização prévia – que descreveu como um “procedimento demorado, sem verdadeira vantagem”, pois o visto prévio é recusado em menos de 1% dos casos – irá reafetar meios para a fiscalização concomitante e sucessiva, com auditoria da execução de contratos e responsabilização dos gestores.

Instado a pronunciar-se sobre a hipótese de o limite para o visto prévio ficar nos 5 milhões de euros, ou envolver critérios de duração e complexidade, o ministro insistiu nos 10 milhões de euros, argumentando que foi a fasquia no PRR, corresponde a 10% do total e liberta autarquias de pequena dimensão. Mas ressaltou que “a bola está do lado da Assembleia da República”.

Depois de Marina Gonçalves recordar que a discussão na especialidade só está a decorrer porque o PS viabilizou a proposta de lei, Bruno Nunes fez a “provocação” de referir que a redução de 159,4 milhões de euros na despesa pública, graças ao visto prévio, não é “tanto quanto as medidas do Governo devido ao ministro

Luís Neves, mais do que a contração de Cristiano Ronaldo”.

Por seu lado, o deputado da Iniciativa Liberal, Carlos Guimarães Pinto sugeriu ao governante que tenha a “humildade epistémica” de perceber que algumas reservas podem ter razão de ser, sugerindo um mecanismo de avaliação obrigatória, dois anos após a nova lei está em vigor. “Apesar do meu estilo afirmativo, tenho toda a humildade para ouvir”, respondeu Gonçalo Matias, manifestando reservas quanto a um mecanismo que abrisse portas à revogação da lei.

O ministro Adjunto e da Reforma do Estado também voltou a defender o fim da responsabilidade financeira para gestores públicos se não houver dolo ou negligência grave, referindo-se a “decisões tomadas de boa-fé, com toda a informação disponível”. Apesar de concordar que “é preciso reforçar regimes sancionatórios de quem prevarica”, depois de Bruno Nunes dizer que é necessário impedir que autarcas condenados se possam recandidatar.

Votação final deve ser antes do OE27

Terminadas as audições, que duraram meses, os partidos têm até 2 de outubro para apresentar propostas de alteração da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, que devem ser apreciadas e votadas até 13 ou 14 de outubro na Comissão Parlamentar da Reforma do Estado e Poder Local. Assim sendo, serão discutidas em plenário até 22 de outubro, para que a votação final ocorra antes de a Assembleia da República se dedicar ao Orçamento do Estado para 2027 (OE27).

A proposta de lei do Governo foi aprovada na generalidade a 22 de maio, com voto favorável do PSD, Iniciativa Liberal e CDS-PP, tendo sido viabilizada pela abstenção do PS (e do deputado único do Juntos pelo Povo). Votaram contra Chega, Livre, PCP, Bloco de Esquerda, PAN e o deputado socialista Pedro Vaz.



COMUNICADO PONTE 25 DE ABRIL

CONDICIONAMENTOS AO TRÂNSITO PARA TRABALHOS DE REPAVIMENTAÇÃO

21 a 25 de setembro

No cumprimento do programa de manutenção de rotina previamente estabelecido, serão realizados trabalhos de repavimentação no tabuleiro da Ponte 25 de Abril, entre os dias 21 e 25 de setembro.

Os trabalhos decorrem em **período noturno, entre as 22h00 e as 06h00**, implicando condicionamentos temporários à circulação.

Nas noites de **21 e 22 de setembro** será necessário proceder ao **corte simultâneo de duas vias em cada sentido**.

Durante toda a intervenção, a Ponte 25 de Abril permanecerá aberta ao trânsito, embora com circulação condicionada.

A Lusoponte recomenda que as deslocações sejam planeadas antecipadamente e agradece desde já, a melhor compreensão para os eventuais incómodos que esta intervenção possa vir a causar.



A direção de Inês de Sousa Real, porta-voz do partido, foi reeleita no X Congresso em dezembro de 2025.

Direção do PAN tem em vista novo congresso eletivo para rebater TC

ELEIÇÃO Houve conversas para a decisão na reunião de Comissão Política Nacional. Oposição advoga que não há competência para se confirmar a ação devido aos membros estarem indevidamente eleitos.

TEXTO **FREDERICO BÁRTOLO**

A Direção do PAN deverá, brevemente, anunciar a marcação de um congresso depois de ter reunido a Comissão Política Nacional no último domingo, pôde apurar o Diário de Notícias junto de representante do partido nesse mesmo órgão. À partida, essa mesma reunião magna terá caráter eletivo, ou seja, nomeando a Direção do partido. O DN procurou obter a confirmação junto do PAN, que prometeu, para breve, um comunicado sobre a reunião de domingo.

Recorde-se que o partido viu rejeitado um recurso, a 8 de setembro, quanto à invalidade da última eleição dos órgãos nacionais, incluindo da porta-voz, Inês Sousa Real, decisão tomada pelo Tribunal Constitucional em julho, sete meses depois do congresso. A direção de Inês de Sousa Real, porta-voz do partido, foi reeleita no X Congresso a 20 de dezembro de 2025, com 95,3% dos votos, conquistando todos os órgãos nacionais. Carolina Pia não compareceu à votação, apesar de ter anun-

ciado candidatura. E logo nessa altura, a oposição de Sousa Real informou o DN de que tinham sido feitos pedidos de impugnação da reunião magna do PAN.

Inicialmente, o Tribunal Constitucional tinha indeferido uma impugnação do Congresso, logo depois de este ter sido marcado. Na notificação que chegou ao PAN, e à qual o DN teve acesso, podia ler-se que o Tribunal Constitucional reforçava a ideia de que “os militantes deveriam esgotar os mecanismos internos do partido – neste caso, o Conselho de Jurisdição Nacional –, ao invés de procurar instâncias externas ou recorrer ao TC”. Depois, o Tribunal procurou aferir as condições de elegibilidade de filiados e comprovou que “não estiveram em condições de eleger delegados as estruturas de Viseu [de onde é natural Carolina Pia], Vila Real, Viana do Castelo, Guarda, Beja, Évora, Santarém, Braga, Bragança, Castelo Branco, Portalegre e Açores.” No acórdão podia ainda ler-se que “na ausência da Comissão Política Distrital em funções” havia a possibilidade

de recorrer a uma “Assembleia Concelhia”, vincando porém que o regulamento “extravassou o quadro estatutário” e resultou na participação de “delegados eleitos por uma estrutura estatutariamente incompetente.”

Ficou de analisar-se a situação política interna em julho, mas as reuniões nacionais da Comissão Política passaram para setembro. À Agência Lusa, o PAN comunicou a 12 de setembro que a decisão do Tribunal Constitucional “não corresponde a uma declaração de nulidade de todo o Congresso, nem a uma decisão que retire legitimidade ou continuidade de funções aos órgãos nele eleitos”, que “continuam a exercer normalmente as funções para as quais foram eleitos”.

Como tal, Inês de Sousa Real procura marcar nova reunião magna, o que a oposição contesta. “Qualquer decisão tomada por uma Comissão Política Nacional ilegalmente eleita será impugnada com sucesso no Tribunal Constitucional”, afirma Carolina Pia ao DN.

Carneiro diz que é diferente de Montenegro e nunca fará propostas insustentáveis

CISTO DE VIDA Líder socialista sugere ao primeiro-ministro que escute “as declarações que fez sobre o IVA em 2022”, quando estava na oposição.

O secretário-geral do PS disse esta terça-feira que é “diferente de Luís Montenegro” quando era líder parlamentar do PSD e comprometeu-se a só apresentar medidas para combater a crise que sejam “sustentáveis do ponto de vista orçamental”. À margem de um encontro com entidades da área do turismo, comércio e serviços, em Lisboa, José Luís Carneiro referiu que deu “indicações claras” ao grupo parlamentar do PS de que os socialistas nunca apresentem “propostas que não sejam sustentáveis do ponto de vista orçamental”.

“Este Governo tem sido especialista enquanto fonte de instabilidade, fonte de incerteza e fonte de irresponsabilidade e também na criação de bodes expiatórios. Aquilo que eu posso garantir aos portugueses é que todas as propostas que nós apresentámos até hoje são sustentáveis à luz de receitas previstas e não previstas do Estado”, respondeu aos jornalistas José Luís Carneiro.

O líder do PS considerou que era importante que o primeiro-ministro, Luís Montenegro, “fosse ouvir as declarações que fez sobre o IVA em 2022” e que visse as propostas aprovadas no parlamento, em 2009 e “à revelia”, “numa altura em que o

país já estava a enfrentar uma crise internacional”. “Na altura, o doutor Luís Montenegro era o líder parlamentar do PSD e aprovaram 9 de 13 propostas, dizendo que a maioria absoluta passou a estar no parlamento, mas há uma coisa que eu posso dizer aos portugueses: é que eu não sou igual ao doutor Luís Montenegro, sou mesmo diferente e as propostas que fiz são propostas sustentáveis do ponto de vista orçamental”, comparou.

Como o DN avançou, o PS leva sexta-feira ao parlamento um pacote de emergência de 132 milhões de euros por mês para aliviar o custo de vida, com medidas sobre combustíveis, alimentação, energia e habitação. Eurico Brilhante Dias, líder parlamentar dos socialistas, adiantou que a opção por apresentar um projeto de resolução, e não um projeto de lei, teve a ver com a urgência em aplicar as medidas. Segundo Brilhante Dias, a Assembleia da República está limitada constitucionalmente na aprovação de medidas que, durante o ano económico em curso, impliquem aumento de despesa ou diminuição de receitas previstas no Orçamento, pelo que, se o objetivo é produzir efeitos imediatos, é ao Executivo que cabe agir.

DN/LUSA



José Luís Carneiro, secretário-geral do PS.

Diário de Notícias

NOVO
SUPLEMENTO
DN SPORT

às sextas com o seu DN



O Diário de Notícias reforçou a sua oferta na área do Desporto, com um novo suplemento multimédia dedicado às principais modalidades em Portugal e no mundo. O DN SPORT oferece uma abordagem diferenciada, com histórias de interesse humano, entrevistas com os protagonistas do mundo desportivo.

O DN SPORT inclui um caderno semanal, publicado na edição de fim-de-semana do DN, bem como uma secção especial no site www.dn.pt, com conteúdos em texto, vídeo e áudio, atualizada em permanência. Inclui, ainda, uma newsletter semanal.

Greve da administração pública ameaça fechar escolas no dia 2

EDUCAÇÃO Para o início de outubro está marcada uma paralisação, convocada pela CGTP, que abrange os trabalhadores das carreiras gerais. Assistentes Operacionais podem aderir ao protesto.

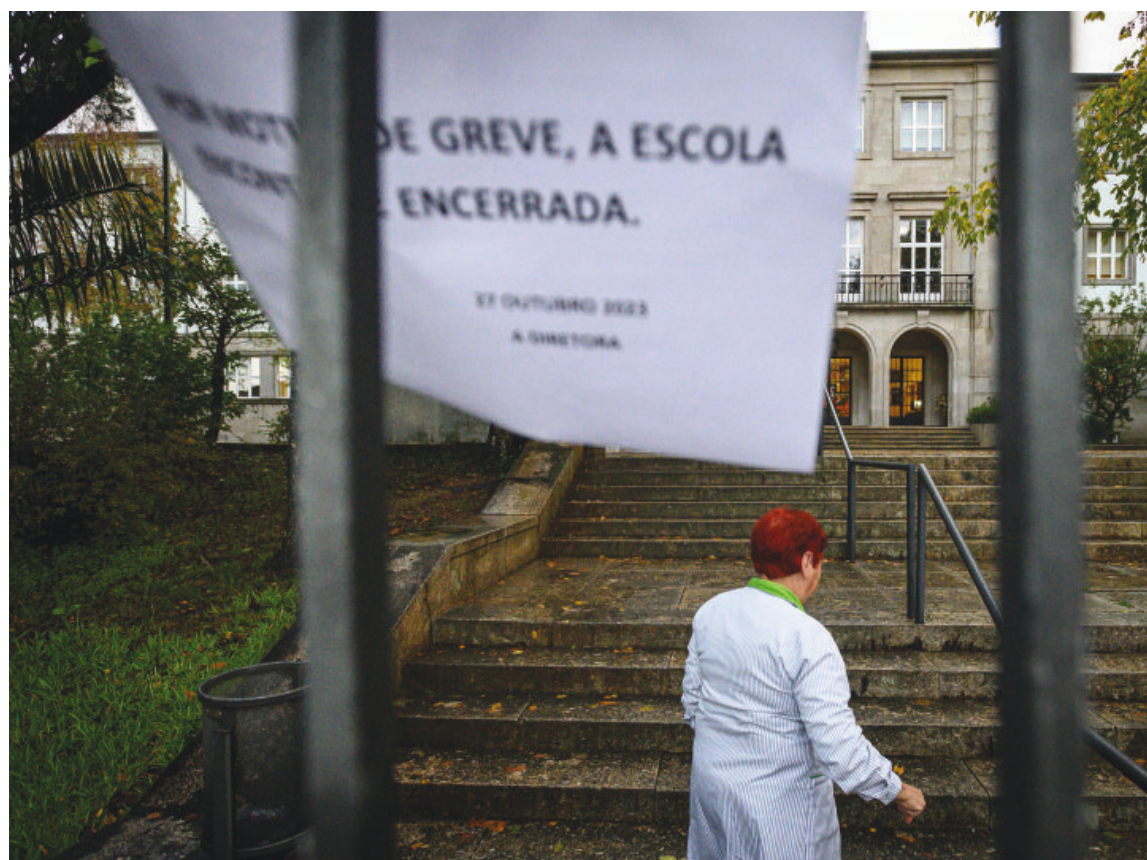
TEXTO CYNTHIA VALENTE

Ao fim de três semanas de aulas as escolas podem enfrentar a primeira paralisação do ano letivo pois está marcada para o dia 2 de outubro uma greve das carreiras gerais da Função Pública, das quais fazem parte 180 mil pessoas que trabalham no setor da Educação, nomeadamente os assistentes operacionais (AO). Nesse dia terá lugar, também, uma manifestação agendada para a Praça da Figueira, em Lisboa, a partir das 11h00.

“Na Saúde, na Educação, na Segurança Social, na Higiene Urbana, no abastecimento de água, na Justiça, na Cultura, no Ambiente e no Desporto, na Investigação e Ciência, na Segurança e na Defesa, em todos os serviços públicos há trabalhadores das carreiras gerais. Todos eles mal pagos, desvalorizados e ignorados pelo Governo”. É desta forma que os sindicatos da CGTP (FNSTFPS, STAL e STML) justificam a greve de dia 2.

No total, existem 353 mil funcionários dos vários setores da função pública inseridos nas carreiras gerais. “O atual governo do PSD/CDS tem vindo a afirmar que pretende valorizar os trabalhadores da Administração Pública. Porém, não apresenta nenhuma proposta concreta e transversal para uma real valorização e dignificação de todas as carreiras”, pode ler-se num comunicado da CGTP. No mesmo documento, a plataforma sindical afirma que “os trabalhadores das carreiras de regime geral estão cada vez mais à mercê da estagnação salarial e da desvalorização dos seus salários reais, sujeitos a um processo em que as remunerações são empurradas para baixo e mais próximas do salário mínimo nacional”.

A esta paralisação poderão somar-se outras, antevendo-se meses de contestação. Este é o receio de Filinto Lima, presiden-



Portões fechados é um dos cenários possíveis para as escolas no dia 2 de outubro.

te da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAE), que justifica com as condições precárias dos trabalhadores não docentes, aliados ao contexto de discussão do Orçamento de Estado (OE). “Vamos entrar na terceira semana de aulas com uma greve, que irá ter uma grande adesão. Os AO estão descontentes por serem poucos nas escolas e ganharem pouco mais do que o salário mínimo. E a greve é uma forma de pressão nesta fase de discussão do OE”, justifica. Questionado pelo DN sobre os motivos do descontentamento dos funcionários das escolas, o responsável salienta terem “total fundamento tendo em conta o volume de trabalho que têm, as responsabilidades da função e o salário baixo”. Filinto Lima recorda que, “hoje, um AO assume funções

“Vamos entrar na terceira semana de aulas com uma greve, que irá ter uma grande adesão. Os AO estão descontentes por serem poucos nas escolas e ganharem pouco mais do que o salário mínimo”, frisa Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas.

com alunos com necessidades educativas especiais e alunos estrangeiros, quem qualquer tipo de formação”. Paulo Marinho, presidente do Sindicato Independente e Solidário dos Trabalhadores do Estado e Regimes Públicos (SISTERP) também destaca a falta de formação como uma das maiores reivindicações do AO. “Dentro da carreira dos AO tem de haver categorias diferentes que especifiquem quem está mais vocacionado para essas funções. Dizer que somos todos iguais não é verdade. Este é o paradigma principal. Seria um passo em frente para a melhoria da carreira e da educação inclusiva se houvesse formação, para os trabalhadores”, afirma. O sindicato vai entregar ao Governo, esta semana, um dossier de temas que pretende ver resolvidos, como “a criação e va-

lorização de uma carreira pluricategorial, adequada às diferentes funções, responsabilidades e qualificações existentes; uma efetiva valorização profissional e remuneratória; a garantia de respeito, dignidade e melhores condições de trabalho e respostas concretas aos problemas de insuficiência de trabalhadores e à crescente exigência colocada sobre estes profissionais”. O Executivo terá depois, duas semanas para responder ao SISTERP. A falta de *feedback*, refere o sindicalista, será encarada como “falta de abertura para a resolução dos problemas do pessoal não docente”. “Na ausência dessas respostas, cresce entre os trabalhadores a convicção de que a mobilização e a contestação poderão tornar-se inevitáveis como forma de dar visibilidade aos problemas e exigir soluções”, alerta.

“Rácio dos AO tem de ser alterado”

O rácio de assistentes operacionais (AO) nas escolas públicas em Portugal é regulado pela Portaria n.º 272-A/2017, alterada em 2021. Define o número de AO por ciclo de ensino e número de alunos. Na Educação Pré-Escolar há um AO por cada grupo de crianças. No 1.º Ciclo, está prevista um AO assistente operacional por cada grupo de 15 a 30 alunos. Acresce mais um AO por cada conjunto adicional de um a 44 alunos ou dois AO se houver uma sala de unidade de ensino estruturado ou de apoio especializado. Já no 2.º, 3.º Ciclos e Ensino Secundário, o cálculo baseia-se no número total de alunos do estabelecimento: um AO por cada 90 alunos (para escolas com 630 alunos); um AO por cada 100 alunos (para 631 a 1000 alunos); um AO por cada 110 alunos (para 1001 a 1320 alunos); um AO por cada 120 alunos (para 1321 a 1560 alunos) ou um AO por cada 130 alunos (para mais de 1560 alunos). Filinto Lima não tem dúvida de que a portaria, que data de 2021, está “completamente desajustada à realidade atual das escolas”. Pede, por isso, a revisão urgente dos rácios. A portaria tem mais de quatro anos. Os AO cuidam cada vez mais dos alunos com necessidades especiais ou alunos estrangeiros, que crescem a cada ano que passa. Os AO fazem o trabalho deles e ainda mais porque não há pessoal suficiente nas escolas”, conclui.

Ministra promete mais resposta do SNS, deputados criticam resultados até agora

SAÚDE Ana Paula Martins foi ontem ao Parlamento, no âmbito da primeira audição regimental da segunda legislatura, e anunciou urgências centralizadas para ortopedia e traumatologia, defendeu-se das críticas, dizendo que o “SNS não está em cuidados paliativos”. Oposição criticou tempos nas urgências, quebra de cirurgias e consultas e reformas suspensas.

TEXTO ANA MAFALDA INÁCIO

Numa semana que começou marcada, mais uma vez, pelos tempos de espera elevados nas urgências do país, em algumas unidades de quase dez horas, em que a Ordem dos Médicos, como noticiou o DN, pediu à própria ministra que crie um Grupo de Trabalho só para a região de Lisboa e Vale do Tejo, por esta necessitar de uma resposta imediata, a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, foi ontem ao Parlamento dizer aos deputados, na primeira audição regimental da segunda legislatura, que “vai continuar a reforçar a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a valorizar os seus profissionais, reduzindo tempos de espera e garantindo que o acesso aos cuidados básicos de saúde dependa cada vez menos do local onde cada cidadão reside e jamais da sua capacidade de pagar”. Numa declaração de 15 minutos, a ministra anunciou ainda que vai avançar com urgências regionais (centralizadas) para as áreas de ortopedia e traumatologia até ao final do ano e que será o médico, António Marques, que vai liderar o Grupo de Trabalho que terá a missão de repensar a rede de urgências do SNS.

Mas não só. A governante garantiu ainda que o projeto de vigilância de grávidas de baixo risco vai mesmo avançar, estando prevista a publicação do decreto-lei que o cria para os próximos dias, assumindo que este não é o resultado do “consenso”, mas “o resultado da constatação de que a grávida está no centro da decisão do Governo e o seu interesse determina que o Governo decida por que se sobrepõe o interesse público” – recorde-se que este programa foi aprovado há um ano e que, em abril, o representante da classe de enfermagem abandonou o grupo de trabalho por considerar que os princípios iniciais do programa não estavam a ser cumpridos.

No Parlamento, a ministra apro-

veitou para enviar recados aos críticos, dizendo que “o SNS não está nem estará em cuidados paliativos” e à própria Ordem dos Médicos, pedindo a esta entidade que abra mais vagas para o internato das especialidades, já que esta é uma competência sua, de forma a ser possível formar mais médicos nalgumas áreas, como dermatologia, oftalmologia ou ginecologia-obstetrícia, e que altere as regras da formação. “O SNS é uma obra sempre em construção, sempre inacabada, e que ano após ano nos convoca a encarar novos desafios, a ser inovadores nas soluções e desistir de encontrar soluções não é uma opção, por muito que tenhamos que enfrentar. Reconheço que se nada fizéssemos, se não mexéssemos nos interesses de uns e nos poderes instalados de outros, não teríamos um combate tão difícil quanto complexo.

Mas governar para que tudo fique na mesma, não foi e nunca será a nossa opção.” No final, a ministra reconheceu que “enquanto houver quem não consiga ter acesso

“Reconheço que se nada fizéssemos, se não mexéssemos nos interesses de uns e nos poderes instalados de outros, não teríamos um combate tão difícil quanto complexo. Mas governar para que tudo fique na mesma, não foi e nunca será a nossa opção.”

aos cuidados de saúde que necessita, num tempo aceitável, sabemos que a nossa missão como país não terminou”.

Deputados criticam resultados

No entanto, esta versão da atuação do Ministério da Saúde foi criticada pelos deputados da oposição, do Chega ao PAN. Quase todos acusaram a ministra de que os resultados conhecidos não correspondem ao que diz estar a ser feito, tendo alguns mencionado as reformas avançadas pelo Governo que depois tiveram de ser suspensas. No centro das críticas, estão a resposta das urgências e os tempos de espera para os doentes, a quebra da atividade nas consultas e nas cirurgias durante ano, a falta de recursos humanos e o Quadro Global de Referência para 2026-2028, agora só

publicado e que os deputados consideram que reduz os objetivos já traçados.

A deputada do Chega, Marta Silva, foi a primeira a abordar a ministra depois da sua intervenção, sobre os tempos de espera nas urgências. Para o fazer usou em direto o testemunho de um utente. Depois seguiu-se o PS por Mariana Vieira da Silva que citou o despacho do Quadro Global de Referência como um documento que traça metas “abaixo do que tinha prometido” e números “até abaixo do que o SNS já produziu em 2023”, quando o PS era governo, nomeadamente no objetivo de dar um médico de família a todos os portugueses ou até aumentar o número de cirurgias e de consulta dentro do tempo adequado.

A deputada disse à ministra que, “perante estes dados só tem dois caminhos: um é reconhecer o problema e tentar enfrentá-lo. O outro é desvalorizá-lo. Infelizmente, tenho de lhe dizer que tem sempre escolhido o segundo”. Criticando ainda o facto de que cada vez que a governante se dirige ao Parlamento leva “uma medida nova ou dados novos”, mas que estas não se refletem nos resultados. Mariana Vieira da Silva comentou até: “A quantidade de reformas que aqui tem enunciado só tem paralelo com as reformas que tem suspenso, como a do SINACC, os Centros de Elevado Desempenho para ginecologia e obstetrícia, como a regulamentação dos médicos tarefeiros e até a criação de Unidades de Saúde Familiar Modelo C, que só tem uma criada.” As intervenções seguintes passaram pela deputada Joana Cordeiro, da IL, pela deputada do PCP, Paula Santos, Paulo Muacho, do Livre e Isabel Corte Real, do PAN. De todos, a ministra da Saúde ouviu que a realidade que traçou não é a que existe no SNS.



Ana Paula Martins foi confrontada pelos deputados durante mais de três horas de audição.



Política de imigração é uma das prioridades do Governo.

Ritmo de crescimento dos imigrantes recua 82%

RELATÓRIO AIMA usa a evolução do total de residentes como indicador de estabilização das novas entradas, mas o dado não mede diretamente quantos imigrantes entraram em Portugal.

TEXTO **AMANDA LIMA**

O ritmo de crescimento da população estrangeira residente em Portugal recuou 82% em 2025, aponta o relatório anual da Agência para Integração, Migrações e Asilo (AIMA). O número de residentes estrangeiros continuou a aumentar, mas a um ritmo muito mais lento do que no ano anterior: a taxa de crescimento caiu de 18,3% para 2,7%.

O país ganhou 42.157 residentes estrangeiros (pessoas que obtiveram o título de residência) ao longo do ano, contra 238.864 em 2024. Com isso, a taxa de crescimento recuou de 18,3% para 2,7%. Trata-se do nível mais baixo desde 2017, embora o número de residentes estrangeiros tenha continuado a aumentar. Houve a “estabilização das novas

entradas em território nacional e a consolidação de uma comunidade estrangeira estruturalmente integrada na vida económica e social do país”, lê-se no documento. O relatório foi publicado ontem. “Este dado traduz a maturidade do sistema nacional de migração e asilo e a eficácia das políticas públicas que promovem uma migração regulada, responsável e humanista”, consta ainda no texto.

A desaceleração ocorre depois de anos de forte crescimento da população estrangeira. Em 2022, o número de residentes aumentou 39%, passando de 714.508 para 992.837. Em 2023, o crescimento foi de 31,4%, quando o total chegou a 1.304.833 pessoas. No ano seguinte, apesar de a população continuar a aumentar, o ritmo já tinha recuado para

Houve a “estabilização das novas entradas em território nacional e a consolidação de uma comunidade estrangeira estruturalmente integrada na vida económica e social do país”, lê-se no relatório.

18,3%. Em 2025, a taxa caiu para 2,7%, o menor crescimento anual registado no período apresentado pela AIMA, que começa em 2017.

A descida nos números coincide com as mudanças na lei de imigração no país. Desde o início da governação do PSD, uma das principais bandeiras políticas foi a de travar a entrada de imigrantes, como prometido desde a campanha eleitoral de 2024.

Desde junho daquele ano, várias foram as alterações na legislação para restringir a imigração. Primeiro, foi o fim das manifestações de interesse, considerada pelo Governo como a principal medida que “estancou” a entrada de imigrantes sem visto prévio.

Depois, foram várias as reformas na lei, como a restrição ao reagrupamento familiar e o fim do visto para procura de trabalho nos moldes que foi criado. Houve uma modificação apenas para profissões com “elevadas qualificações”, mas, passado quase um ano, ainda não está disponível. O Governo também desistiu de permitir a cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a entrada no país com visto de turista e, posteriormente, poderem pedir um título de residência. Houve o receio de que esta modalidade se tornasse uma espécie de “manifestação de interesse light”.

Não foi com a CPLP, mas sim com outro artigo da lei que houve uma espécie de “manifestação de interesse 2.0”: a possibilidade de entrada sem visto e matrícula num curso profissionalizante no território. Mais de 20.000 pessoas fizeram um pedido de título de residência por esta via. Por isso, o Governo decidiu excluir da lei essa possibilidade numa nova “mini-reforma” realizada recentemente. Foi ainda retirada da lei a regularização por ter um filho menor em território nacional. O Governo pretende impedir que estrangeiros entrem no país sem visto, matriculem a criança numa escola e, com isso, obtenham o direito de residir em Portugal. Foi uma medida “preventiva” para barrar a popularização deste método, que também passou a ser divulgado por *influencer* nas redes sociais. A mensagem do Governo é de que a imigração continua bem-vinda, mas desde que com visto prévio, solicitado no país de origem.

amanda.lima@dn.pt

‘Task force’ para processos AIMA será prolongada

Será prolongada a *task force* dos tribunais administrativos para tentar colocar ponto final nos milhares de processos contra a Agência para Integração, Migrações e Asilo (AIMA). A medida foi aprovada na reunião do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF) desta terça-feira. O trabalho vai prosseguir até 30 de janeiro de 2027, confirmou ao DN fonte oficial do conselho.

Esta equipa, composta inicialmente por 28 juízes, em regime de acumulação, está a trabalhar desde abril, com um *stock* de 125 mil processos pendentes. Em junho, o número tinha caído para 108 mil e, em agosto, para 93 mil, de acordo com dados recentes divulgados pelo CSTAF. Em 18 de setembro, a pendência era de 89 mil processos. Isso representa uma redução de 36 mil processos, ou 28,8% face ao *stock* inicial. Desde abril, foram decididos 36 mil processos, numa média de 1714 processos por juiz, considerando os 21 que, atualmente, integram a Equipa Nacional AIMA. Alguns desistiram do trabalho e outros foram dispensados, uma vez que o conselho exige metas para cada magistrado. O Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (TAC) recebeu 3683 novos processos relacionados à AIMA entre 1 e 18 de setembro de 2026, distribuídos por seis juízes. Nesse período, a média foi de 204 novos processos por dia e de 614 novos processos por juiz, considerando os 18 dias analisados. Os novos casos não entram na equipa da *task force*. **A.L.**



DIREITOS RESERVADOS

Viale Moutinho, o escritor do claro difícil

1945-2026 Preferia “dizer as coisas de modo mais sinuoso”, incomum num jornalista. Mas jornalista foi 37 anos, 28 no DN, mais contista, poeta, investigador em história e tradições populares, tradutor e camilista. Foi muito, fez muito, publicou muito. Até agora, aos 81 anos.

TEXTO **FERNANDA CÂNCIO**

“O lha, meu amigo, afinal, este mundo não é exactamente aquilo que estávamos à espera.” A frase, entre aspas, assinada “JVM”, acolhe o visitante do blogue com o seu nome, José Viale Moutinho, como o texto que, designado de “arremedo autobiográfico”, leva o título “Poderei não ter sido assim”. A data da escrita coincide com os 60 anos “ainda agora cumpridos”, em que, garante, continua “apaixonado e não só pela vida.” Mais de duas décadas depois, a jornalista a quem coube decifrá-lo para esta espécie de obituário vai encontrar ali as pistas que este madeirense, nascido a 12 de junho de 1945, “quando os canhões começavam a calar-se pela segunda vez em todo o mundo”, lhe entendeu deixar.

Que diz de si Viale? Que, fruto da

união de “um homem do Douro, extraordinário efabulador, desinteressado das vinhas e dos olivais da família, dele” e de “uma inglesa, que levava como dote, uns brincos de sua mãe e memórias de uma riqueza palaciana, carregada de preconceitos, inclusive de classe”, viveu desde cedo, no Norte, “entre montes de livros” e o fascínio pelos mistérios – representado pelo quarto dos santos da casa dos avós, onde ardiam velas num oratório, mais um “santíssimo exército” de santos e anjos “a vigiar a fé” da avó e de “todas as velhas murmuradeiras”.

Pode ter nascido aí, nesse quarto de relíquias, o desígnio de investigar etnologia de que fala o comunicado do Presidente da República, José António Seguro, lamentando a sua morte: “Nascido no Funchal, José Viale Mouti-

nho foi jornalista durante mais de trinta anos na cidade do Porto (no *Jornal de Notícias* e no *Diário de Notícias*), além de romancista e contista que incorporou a tradição narrativa camiliana, bem como etnólogo, historiador (nomeadamente da Guerra Civil espanhola), poeta, cronista e antologista. Para lá da sua bibliografia literária, que lhe valeu prémios como o Rosalía de Castro, o D. Dinis da Casa de Mateus ou o da Fundação Inês de Castro, Viale Moutinho dedicou boa parte do seu trabalho à leitura e à divulgação de autores portugueses do século XIX, como Camilo Castelo Branco (a quem dedicou uma valiosa fotobiografia). Devemos-lhe igualmente estudos sobre a canção popular portuguesa dos anos 70, recolha de lendas, fábulas e textos de cordel da nossa tradição

– e um espírito crítico, sempre marcado pela ironia e pela ideia de liberdade.”

Foi em 1966 (aos 21 anos), que começou jornalista no *Jornal de Notícias*, com uma descrição de “chuva e violentas granizadas” no Porto. O recorte da notícia está no blogue, mais a descrição do início da profissão como “via-sacra dos hospitais, da morgue, dos acidentes, das lixeiras”. Ainda assim, gaba-se, “a primeira grande entrevista foi com o Eugénio de Andrade. Eu já sabia que não levava a melhor com a puta da Censura, mas procurava iludi-la.”

Em 1975, no ano de brasa do pós-revolução, passa para o DN, onde foi chefe de redação adjunto, responsável pela redação deste jornal na Invicta. Na altura, conta o também ex-jornalista do DN e seu amigo José António dos San-

tos, “as pessoas tinham dois empregos, e o Viale trabalhava para o JN e o DN, até que acabou por se transferir para o DN, onde foi muito importante na dinamização da informação regional. Eram conteúdos, como se diz agora, importantes, e ele deixou uma marca nessa matéria.” O interesse pelo regionalismo estendia-se à literatura: “A partir de uma determinada altura fez o caminho do Eça e do Camilo, e dedicou-se aos interesses culturais. Centrou-se nas vivências regionais do Eça e do Camilo, escrevia sobre isso no jornal e depois em livro.”

Outra paixão, referida na nota da Presidência, foi a Guerra Civil Espanhola. Leonídio Paulo Ferreira, hoje diretor-adjunto do DN, lembra-se de, nos anos 1990, ser comum o jornal publicar, durante o verão, grandes investigações de Viale sobre o tema. “Entrevistava que pessoas que tinham participado e fazia reportagem no terreno. Nessa altura a redação era muito grande, era possível alguém dedicar-se a essas séries de grande fôlego.”

Aos 60 anos, quando abandonara o DN e o jornalismo há dois (em 2003), assume que “a História parece que, cada vez me absorve mais, em termos de testemunho e de base para ficção, da Guerra Civil de Espanha aos campos de concentração”, mas menciona uma descoberta: a de “escrever para a miudagem”. Era a sua mais tardia metamorfose numa linguagem na qual, justamente, se iniciara miúdo, no suplemento literário do JN.

Pouco passava dos 20 quando ousou o primeiro livro de poesia. Mas deitou fogo aos 500 exemplares. Ouçamo-lo: “Em 1966, mando imprimir um livro de prosa poética, *O Corredor*, capa do Zé Rodrigues. A exemplo não sei de que poeta francês, ainda não sabia do gesto semelhante do Trindade Coelho, queime a edição toda! Nem um exemplar tenho, só se salvaram quatro páginas de provas.” Entendeu, escreve, “que aquele poemário não correspondia ao que então de si exigia.”

No blogue, afixou as ditas páginas, onde, sem maiúsculas, pergunta: “reinvento a tempestade e com que fim?” Mais abaixo, colocou, em ligação ao Youtube, *Canção do Amor Difícil*, seu poema de 1973 para a voz de Vieira da Silva: “Cantar claro é que é difícil, meu amor.” Aos 60 anos, diria: “A mim apetecia-me, como sempre, dizer as coisas de modo mais sinuoso.”

Sintra vai ter estacionamento pago nas praias todo o ano

DECISÃO Presidente da autarquia, Marco Almeida, disse na reunião de pública do executivo que a “operação do verão foi um sucesso”, na “regulação do acesso às praias e é para continuar”.

A Câmara de Sintra vai prolongar o estacionamento tarifado junto às praias Grande e das Maças durante todo o ano, após ter aprovado apenas na época balnear, e isentar do pagamento nos primeiros 15 minutos em todo o concelho.

O presidente da autarquia, Marco Almeida (PSD), propôs ao executivo municipal que o regime de estacionamento de duração limitada e tarifado nas zonas balneares, nomeadamente na Praia Grande e Praia das Maças, “deixe de ter natureza sazonal e passe a vigorar em regime anual e permanente, de 01 de janeiro a 31 de dezembro”.

A deliberação, acrescenta-se na proposta, “não altera os perímetros territoriais das zonas de estacionamento já aprovadas, nem determina a ativação automática de novas bolsas ou subzonas”.



Marco Almeida
Presidente da Câmara de Sintra

Na reunião pública do executivo, Marco Almeida salientou que o período de inverno “conta com uma isenção do pagamento de parquímetros nos primeiros 15 minutos”, por sugestão do comércio, e a “operação do verão foi um sucesso”, na “regulação do acesso às praias e é para continuar”.

“E mandei já rever todo o plano de pagamento de parquímetro no concelho de Sintra, noutras áreas, porque vamos introduzir a isenção do pagamento dos primeiros 15 minutos em toda a área de parquímetros no concelho”, avançou.

Preçário

No tarifário, mantém-se o preço aprovado para as zonas balneares de 1 de maio a 30 de setembro – entre 0,45 euros por 15 minutos e 4,00 por quatro horas –, e de 1 de outubro a 30 de abril será de 0,10 euros por 15 minutos, 0,25 por meia hora, 0,40 em 45 minutos, 0,50 por uma hora, além de “a primeira fração de 15 minutos por cada período diário” estar isenta de pagamento.

O horário diário de funcionamento, das 08h00 às 20h00, o período mínimo de cobrança, o limite máximo de permanência, as re-

gras de pagamento e as isenções mantêm-se todo o ano e os distícos de residente, comerciante, concessionário ou outras autorizações passam a ter validade anual.

A deliberação, determina-se ainda, produz efeitos a partir de 1 de outubro, para “assegurar a continuidade do regime após o termo do atual período sazonal”, e a Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra (EMES) terá de apresentar, com os serviços municipais, um relatório de monitorização no prazo de 12 meses sobre os impactos das alterações.

Segundo a proposta, a procura de estacionamento nas zonas balneares deixou de se verificar apenas no verão, assumindo “expressão relevante ao longo do ano”, e a EMES registou entre 1 de junho e 31 de agosto 82.551 operações de pagamento nas duas zonas, das quais 58.091 na Praia Grande e 24.532 na das Maças.

Na Internet, a petição “Contra o estacionamento pago na Praia das Maças e Praia Grande”, com 2127 subscritores à data, alerta para “um atentado ao direito de lazer e ao acesso livre e gratuito à costa portuguesa”, designadamente por transformar “o acesso às praias num privilégio económico, penalizando as famílias e os cidadãos com menos recursos”. **DN/LUSA**

BREVES

ARMANDO VARA LIBERTADO HÁ DOIS MESES

Armando Vara saiu em liberdade a 16 de julho, depois de ter cumprido parte da pena de prisão a que tinha sido condenado no âmbito dos processos Face Oculta e de uma certidão da Operação Marquês. A libertação do antigo ministro socialista e banqueiro, ocorrida há mais de dois meses, foi avançada pela SIC Notícias. Vara, de 72 anos, deixou o estabelecimento prisional de Évora após cumprir oito meses de prisão. Segundo a SIC, tinha então atingido dois terços da pena de dois anos e meio que lhe tinha sido aplicada em cúmulo jurídico. Armando Vara continua a responder por crimes de branqueamento de capitais no processo principal da Operação Marquês.

DETIDO POR SUSPEITA DE AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL

A Polícia Judiciária (PJ) deteve um homem por suspeita de auxílio à imigração ilegal e falsificação de documentos. Trata-se da segunda detenção no âmbito do mesmo inquérito, que é dirigido pelo DIAP do Porto. Este indivíduo, com 36 anos, de nacionalidade estrangeira e residente legal em Portugal, é, segundo a PJ, “suspeito de ter elaborado centenas de contratos de arrendamento falsos, cujo fim único era o de permitir a emissão de atestados de residência nas juntas de freguesia do Porto e Grande Porto, com vista à posterior legalização em território nacional”.

Temperaturas altas levam a procurar zona ribeirinha

As temperaturas elevadas que se têm feito sentir levaram algumas pessoas procurar a zona ribeirinha de Lisboa durante o dia de ontem. De acordo com as previsões do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) até domingo (dia 27) vão manter-se temperaturas na capital a rondar os 30 graus. Situação climática que vai continuar também no País, o que tem levado a alertas para o calor e as medidas de prevenção para evitar incêndios rurais. O IPMA colocou sob aviso amarelo (o menos grave de uma escala de três) os distritos de Viseu, Évora, Castelo Branco e Portalegre até às 18h00 de hoje e Bragança, Guarda e Vila Real até às 05h00 de amanhã.



PAULO SPRANGER



Abastecedora da memória e livre serviço

Miguel Romão

A beleza que se esqueceu de quem espera

Quem já esperou um comboio na Gare do Oriente, em Lisboa, numa manhã de janeiro sabe do que falo. A estrutura de Santiago Calatrava, inaugurada para a Expo 98, é uma floresta de aço e vidro que continua a encher catálogos de arquitetura. É também um dos lugares mais inóspitos do País para quem ali está por necessidade e não por contemplação. A cobertura das plataformas deixa passar a chuva e o vento, os bancos são escassos e gelados, as ligações entre comboio, metro e autocarros obrigam a percursos labirínticos, com escassas escadas rolantes e pequenos elevadores que funcionam quando calha, um calvário para quem viaja com malas ou crianças. Ou um parque de estacionamento subterrâneo que é um cenário de um mau filme de terror. O passageiro, razão de ser do edifício, parece ter sido o único esquecido no projeto.

Há dois mil anos, Vitruvius resumiu a boa arquitetura em três exigências: solidez, utilidade e beleza. Muita arquitetura contemporânea, sobretudo a das infraestruturas para o público, parece ter invertido a ordem, fazendo da beleza o ponto de partida e da utilidade um incómodo a resolver depois. O princípio de Louis Sullivan, segundo o qual a forma segue a função, deu lugar a outro, nunca proclamado, mas amplamente praticado: a função que se acomode à forma.

O problema não se esgota nas obras de autor. Quanto edifícios públicos de elevada intensidade de uso, como escolas ou faculdades, têm materiais e acabamentos desadequados, que aplicaríamos eventualmente em nossa casa e nunca numa casa onde passam 900 pessoas todos os dias? Quantas salas de espera de serviços de urgência não parecem pequenas arrecadações, apinhadas de gente, com cadeiras aparafusadas em fila e nenhuma janela? Ali passam horas pessoas doentes, idosas, assustadas, em espaços onde o contágio é favore-

cido porque a arquitetura – e a tranquilidade e paz que esta deveria trazer – foi desconsiderada ou minorizada. Tudo parece desenhado para ser eventualmente limpo com rapidez, mas nunca para ser habitado por quem sofre.

Vi também projetos de estabelecimentos prisionais, ainda não construídos, em que espaços comuns que deveriam privilegiar a segurança e a vigilância estavam repletos de muretes, arcadas e recantos esconsos, ao serviço de uma estética de estirador. Ignorava-se aparentemente uma cultura de arquitetura prisional com mais de dois séculos, que desde o panóptico de Bentham e das penitenciárias radiais do século XIX pensou a relação entre o olhar, a circulação e o controlo. Mesmo com novos e bons requisitos de privacidade e de respeito pela intimidade, uma prisão onde não se vê é uma prisão onde se tem medo, reclusos e guardas incluídos.

Não se trata de defender a fealdade funcional. Um espaço público belo dignifica quem o usa. Mas a beleza que ignora o corpo, o frio, a doença e a espera não é generosidade, é vaidade. Christopher Alexander insistia que os bons lugares nascem da observação atenta de como as pessoas realmente vivem e não de uma ideia imposta de cima.

Talvez o erro esteja no modo como encomendamos estas obras. Os concursos premeiam maquetas e imagens, raramente a experiência de quem vai usar o espaço durante décadas. Ninguém pede ao júri que espere quarenta minutos numa plataforma ventosa ou passe uma noite numa cadeira na urgência. Seria um exercício instrutivo. Um edifício que se admira de fora e se sofre por dentro não falhou por acaso. Esqueceu-se, simplesmente, de para quem foi feito.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



Opinião pessoal

Francisco George

Sobre memórias da cólera (IV)

Tal como sublinhei, a “Carta Aberta” que Gonçalves Ferreira (governante antes da Revolução) endereçou ao seu sucessor Cruz Oliveira (MFA) não adquiriu eco. Ainda bem que assim sucedeu, uma vez que formulava críticas infundadas que apenas refletiam azedume injustificável.

Depois de 25 de Abril, Portugal era diferente. Livre. Sem censura. Implicado na construção do futuro. Quase ninguém pretendia voltar atrás.

Naturalmente, nessa época, as debilidades em infraestruturas de saneamento e de habitação eram semelhantes às anteriormente existentes, em 1971. Mas, volvidos três anos, o panorama agravou-se devido ao inesperado aumento da população na sequência da descolonização que fez retornar ao país cerca de 600 mil pessoas. Somente no ano de 1975, em curto período de tempo, registaram-se 500 mil novos residentes, dos quais mais de 60% oriundos de Angola, onde circulava a cólera de igual tipo: Inaba.

Portanto, este fluxo migratório, trazido pelo aumento repentino de 5% da população, acabaria por agra-

var as condições de *habitat*, em particular nas regiões pobres e degradadas, incluindo em zonas rurais. A situação era, assim, propícia à propagação de cólera, até a partir de pessoas infetadas sem sintomatologia que mantinham a capacidade de transmitir o vibrião por via fecal-oral (pelo consumo de água e de alimentos contaminados). As áreas desprovidas de sistemas de aprovisionamento de água potável e com carência de redes de esgotos eram críticas. A epidemia terminou em novembro de 1974. Porém, continuaram os riscos associados às fragilidades do abastecimento de água potável, esgotos, estações de tratamento e da recolha e tratamento final do lixo. Um atraso, herdado do Regime anterior. Incompreensível para um país da Europa.

No verão de 1975, neste ambiente perigoso, eclodiu nova epidemia de cólera, ainda que de menor magnitude. Continuou a ser necessário multiplicar ações preventivas que visavam assegurar a desinfecção da água para consumo humano e a higiene dos alimentos. Neste contexto, as medidas anteriormente implementadas terão contribuído para acelerar o fim do surto.

Na coordenação destes trabalhos distinguiu-se o engenheiro sanitário, António Lobato Faria que emitia orientações técnicas a partir da DGS. Ensinava, igualmente, na Escola Nacional de Saúde Pública, onde formou discípulos que viriam a ser decisivos no controlo da epidemia. As operações por ele, então, recomendadas parecem, hoje, irrisórias. Caricatas. Eu mesmo, no Baixo-Alentejo, participei no planeamento de atividades de campo na perspetiva em assegurar a desinfecção da água dos poços das aldeias rurais.

(Continua)

“

Somente no ano de 1975, em curto período de tempo, registaram-se 500 mil novos residentes, dos quais mais de 60% oriundos de Angola, onde circulava a cólera de igual tipo: Inaba”.

Ex-diretor-geral da Saúde
franciscogeorge@icloud.com



Álvaro Santos Pereira, governador do Banco de Portugal.

REINALDO RODRIGUES

BdP e FMI pedem mais atenção a riscos da tecnologia e da habitação

BANCA Fundo avisa que habitação é “vulnerabilidade importante para o sistema financeiro”. Governador do Banco de Portugal pede aos bancos que se preparem para riscos da alta tecnologia e outros, avisando que avançará com novas regras caso note “complacência”.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

A estabilidade financeira de Portugal encontra-se sob “risco moderado” por causa do preço muito elevado das casas, segundo uma alta responsável do Fundo Monetário Internacional (FMI) numa conferência que decorreu no Banco de Portugal (BdP), em Lisboa.

Também presente no debate, Paulo Macedo, presidente executivo da CGD, o maior banco nacional, concordou: referiu que os preços do imobiliário estão e “vão continuar a aumentar devido à assimetria que existe entre procura e oferta”, mas ressaltou que, atualmente, os bancos têm almotofadas maiores nos seus balanços que lhes permite estarem “mais bem preparados” para um cenário de preços em queda.

Minutos antes, na abertura da

conferência, o governador do BdP, Álvaro Santos Pereira, destacou as suas maiores preocupações de momento. “A complacência nunca deve ser uma opção. A estabilidade financeira exige vigilância, adaptabilidade e políticas com visão de futuro. O cenário de riscos continua a evoluir. Para além dos riscos mais tradicionais, enfrentamos novos desafios decorrentes da inovação tecnológica, das ciberameaças, da incerteza geopolítica e das vulnerabilidades relacionadas com o clima”, disse Santos Pereira.

Estes adventos “geram novas fontes de risco e novos canais através dos quais os choques se podem propagar pelos sistemas financeiros”, referiu, destacando a alta “velocidade” e “complexidade” destas novas ameaças.

No debate sobre o Programa de

Avaliação do Setor Financeiro português (FSAP na sigla em inglês) – um exercício que decorreu este ano (não era feito desde 2006), sob a coordenação do Fundo Monetário Internacional (FMI), para testar a resiliência e o desenvolvimento dos sistemas financeiros dos países membros –,

“Não estamos satisfeitos” com a preparação existente, “não podemos ser complacentes”, disse Paulo Macedo, da CGD, em jeito de resposta ao governador.

que decorreu esta terça-feira, 22 de setembro, na sede do banco central, Michaela Erbenova, diretora-adjunta do FMI para a área dos mercados monetários e de capitais, sustentou que “os bancos portugueses conseguiram atravessar com sucesso o processo de desalavancagem e de redução das vulnerabilidades acumuladas no passado e estão agora a passar de uma fase de recuperação e correção para uma fase gradual de crescimento”, mas que “relativamente ao mercado da habitação, este continua a constituir uma vulnerabilidade importante futura para o sistema”.

A perita do FMI recordou que “os preços da habitação em Portugal aumentaram significativamente desde 2015 e parecem situar-se acima do que sugerem os seus determinantes de longo pra-

zo, incluindo o crescimento dos rendimentos”.

No entanto, notou que “o crescimento do crédito hipotecário tem ficado substancialmente aquém do crescimento dos preços da habitação”. Ou seja, os bancos podem estar mais protegidos por essa via. “Isto tem contribuído para a resiliência do sistema bancário, mas ainda assim, entendemos que a evolução futura do crédito à habitação merece ser acompanhada com atenção”, recomendou a economista checa.

Na apresentação que trouxe à conferência, Michaela Erbenova mostrou que, nos últimos dez anos (desde 2015), os preços do imobiliário aumentaram uns significativos 169% em Portugal (mais que duplicaram), sendo o país um dos casos mais dramáticos neste indicador. A subida em Portugal compara com um aumento de 55% ao nível da Zona Euro, por exemplo.

Outro aspecto a seguir é o endividamento das famílias. Atualmente, este indicador é inferior face à média da zona euro, mas “agora regista uma tendência de subida”, pelo que é preciso “monitorizar” mais e melhor o que se passa em Portugal.

No mesmo painel de debate, Paulo Macedo, que lidera a CGD, começou por reparar que uma eventual crise grave que venha da habitação passará sempre pela variável emprego. O antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais observou que atualmente o desemprego está a um nível baixo, o que por si só é uma “almofada” contra crises desse tipo.

Em todo o caso, Macedo avisou que os preços do imobiliário estão a aumentar e “vão continuar a aumentar porque há uma assimetria entre a procura e a oferta”, mas destacou que os bancos estão mais bem preparados do que no passado. Dito isto, o presidente da CGD disse que continua a haver “muito trabalho para fazer” no setor em matéria de prevenção de riscos, como uma forte queda no imobiliário ou outros. O governador do BdP, Álvaro Santos Pereira, falou de riscos que podem surgir velozes, muito amplificados ou ser mesmo imprevisíveis no atual contexto de novas tecnologias, inteligência artificial, mudanças climáticas. “Não estamos satisfeitos” com a preparação existente, “não podemos ser complacentes”, atirou Paulo Macedo.

Dívida das famílias cresce 1,6 mil milhões

O endividamento do setor não financeiro, que reúne administrações públicas, empresas e particulares, diminuiu 5,9 mil milhões de euros em julho, para 887,6 mil milhões de euros, anunciou o Banco de Portugal (BdP). Esta redução concentrou-se no setor público (administrações públicas e empresas públicas), cujo endividamento diminuiu 8,3 mil milhões de euros em relação a junho, para 386 mil milhões de euros, explicou o banco central.

A quebra no endividamento do setor público deveu-se ao reembolso de títulos de dívida pública de longo prazo, em particular de uma obrigação do Tesouro (9,3 mil milhões de euros), indicou o BdP, redução que foi “parcialmente compensada” pelo aumento das aplicações dos particulares em certificados de aforro e do Tesouro. Por outro lado, o endividamento do setor privado, que inclui empresas e particulares, aumentou 2,4 mil milhões de euros, para 501,5 mil milhões de euros.

O endividamento dos particulares cresceu 1,6 mil milhões, essencialmente perante o setor financeiro, com o crédito à habitação a contribuir com 1,2 mil milhões de euros para esse aumento. Por sua vez, o endividamento das empresas privadas subiu 0,8 mil milhões.

Quanto à variação anual, o endividamento dos particulares cresceu 10% face a julho de 2025, naquela que foi a subida mais acentuada registada desde o início da série, em dezembro de 2008. Já o endividamento das empresas privadas cresceu 4,4%, mais 0,7 pontos percentuais do que em junho.

Preços das casas aumentaram 16,5%, mesmo com quebra de 6,4% nas transações

IMOBILIÁRIO Entre abril e junho, foram vendidas cerca de 40 mil casas, por um valor total de 10,7 mil milhões de euros. Foram os portugueses que dinamizaram o mercado. Vendas a estrangeiros caíram mais de 10%.

TEXTO SÓNIA SANTOS PEREIRA

O preço da habitação continua a registar significativos aumentos, apesar de se observarem sinais de desaceleração. No segundo trimestre deste ano, o Instituto Nacional de Estatística (INE) verificou um aumento no custo da habitação de 16,5%, face ao mesmo período de 2025.

Foi nas casas existentes que se registou a maior valorização, 18%, avança esta terça-feira, 22 de setembro, o INE. Nas habitações novas, a subida foi de 12,3%.

Entre abril e junho deste ano, foram transacionadas 40.142 habitações, uma quebra homóloga de 6,4%. Foi o terceiro trimestre consecutivo em que se observou uma taxa de variação homóloga negativa no número de alojamentos vendidos. Em linha com esta quebra, o INE revela que o trimestre em análise foi o segundo consecutivo em que se observou uma desaceleração homóloga dos preços.

Do total de alojamentos vendidos, 80,5% (32.307 unidades) respeitaram a casas existentes, tendo-se verificado uma quebra ho-

móloga de 6,6%. No segundo trimestre, venderam-se 7835 habitações novas, menos 5,7% que no mesmo trimestre de 2025.

O valor das transações concretizadas entre abril e junho deste ano atingiu 10,7 mil milhões de euros, mais 4,2% que no mesmo período de 2025. As habitações existentes originaram um volume de negócios de 8,1 mil milhões de euros (aumento homólogo de 6,1%). Nas novas, atingiu os 2,6 mil milhões de euros (redução de 1,6%).

Segundo o INE, o setor institucional das famílias adquiriu 34.935 casas (87% do total), uma

redução homóloga de 7,3%. O valor destas transações atingiu os 9,3 mil milhões de euros (86,6%), mais 3,6%. Os estrangeiros compraram 1890 alojamentos (4,7% do total), uma quebra homóloga de 10,3%.

Os investidores da União Europeia foram responsáveis por 946 transações, valor semelhante às 944 vendas contabilizadas na categoria Restantes Países. Em ambos os casos, observaram-se reduções homólogas no número de transações, quebras de 14,9% e 5,1%, respetivamente.

Entre abril e junho deste ano, todas as regiões do país apresentaram uma redução homóloga no número de transações, com especial expressão na Região Autónoma da Madeira (quebra de 15,2%) e Algarve (menos 12,4%), onde os valores de transação também caíram.

O INE adianta ainda que os preços das casas apresentaram uma taxa de variação média anual de 17,7% no segundo trimestre de 2026, menos 0,2 pontos percentuais (pp) que o crescimento observado no trimestre anterior.

Foi o terceiro trimestre consecutivo em que se observou uma taxa de variação homóloga negativa no número de alojamentos vendidos.



BREVES

ALSTOM E TALGO RIVALIZAM PELA ALTA VELOCIDADE

A Alstom e a Talgo foram escolhidas para apresentar propostas para o fornecimento de comboios de alta velocidade à Comboios de Portugal (CP), num concurso com valor base de 504 milhões de euros, anunciou a empresa portuguesa. Em causa está a compra de 12 automotoras de alta velocidade, respetivas peças de parque e ferramentas especiais, bem como a opção de aquisição de mais oito automotoras. A CP refere que o concurso inclui, também, um serviço de manutenção integral, a executar pelo adjudicatário nos dois anos subsequentes à receção do primeiro comboio.

ACORDO ENTRE PARAMOUNT E WARNER BROS. AVANÇA

A Paramount Skydance e a Warner Bros. Discovery alcançaram um acordo crucial com 12 estados dos EUA e o sindicato dos argumentistas, desbloqueando a fusão avaliada em cerca de 94 mil milhões de euros. Trata-se de uma das maiores operações de fusão na indústria dos media, conforme descrito pela Reuters. Para superar os entraves legais, a Paramount comprometeu-se a aumentar a produção cinematográfica nos EUA, proteger empregos, manter negociações separadas dos canais por cabo por cinco anos e assegurar a independência editorial da CNN e CBS através de um conselho independente.



Trump disse que o acordo com o Irão não é alcançado já porque Teerão quer adiá-lo para depois das eleições dos EUA.

Turbilhão diplomático dos EUA abre vias para o diálogo com Irão e Ucrânia

ASSEMBLEIA Entre o discurso de Trump na ONU e as reuniões à margem houve avanços nos dossiês das guerras, e foi assinado um acordo sobre a defesa da Gronelândia.

TEXTO CÉSAR AVÓ

No mesmo dia, o presidente dos Estados Unidos reuniu-se com o homólogo francês Emmanuel Macron, discursou no debate geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, assinou um acordo com a Dinamarca e a Gronelândia, encontrou-se com o primeiro-ministro britânico Andy Burnham, com o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, com a chefe do governo japonês Sanae Takaichi e com a sucessora do venezuelano Nicolás Maduro, Delcy Rodríguez. Uma agenda cheia, e com declarações igualmente infladas, fosse ao afirmar que a guerra na Ucrânia vai acabar “mais rapidamente do que as pessoas esperam”, ao dizer que está num dilema entre chegar a acordo com o Irão ou aniquilar a República Islâmica, e ainda ao prever que o regime cubano vai cair.

Uma sondagem publicada ontem pela CNN – um dos meios que viram a sua entrada proibida na Casa Branca – demonstra um recorde negativo de cidadãos norte-americanos de acordo com a sua política em

relação ao Irão, 26%. Em março, no início da guerra, 33% concordava com o presidente republicano. Enquanto isso, em Nova Iorque, Trump repetiu que um acordo com Teerão é possível, e que este deverá acontecer depois das eleições intercalares de novembro, explicando que os iranianos estão a adiá-lo. “Eles estão à espera para ver como me saio nas eleições intercalares. O que eles não percebem é que eu não vou concorrer”, disse. Ao que acrescentou uma outra hipótese, dramática: “Será que aniquilo a República Islâmica e faço-o rapidamente, sem lhes dar qualquer hipótese de matar e destruir pessoas e países outra vez? Devo enviá-los para o inferno sem qualquer hipótese de sobreviver e sem esperança de grandeza futura?”.

Horas depois, ao falar com os jornalistas, Trump revelou que uma delegação norte-americana manteve um encontro de três horas com uma delegação iraniana e que outra está marcada para breve. “Foi uma reunião muito positiva”, disse. “Há duas escolhas”, continuou. “Num caso, é a destruição, e a outra alternativa é

“Será que eu aniquilo a República Islâmica e faço-o rapidamente, sem lhes dar qualquer hipótese de matar e destruir pessoas e países outra vez? Mas acredito que faremos um acordo a seguir às eleições porque não faz sentido não o fazerem.”

“Estamos a trabalhar muito de perto com os líderes da Rússia e da Ucrânia, e vamos concretizar isso [acordo de paz]. Vai acontecer mais rapidamente do que as pessoas esperam. Eles já tiveram o suficiente.”

Donald Trump
Presidente dos EUA

a grandeza potencial. Pode ser um grande país.” Num primeiro momento não confirmou se os seus emissários, o amigo Steve Witkoff e o genro Jared Kushner, participaram na reunião, mas acabou por fazê-lo mais tarde.

Perante os diplomatas e outros líderes, Trump poupou a ONU de críticas, ao contrário de ocasiões anteriores, mas voltou a atacar organizações internacionais, entre as quais o Conselho de Direitos Humanos ou a UNESCO, ambas das Nações Unidas, ou o Tribunal Penal Internacional. Em paralelo, calibrou o discurso para o seu público, ao elogiar o vigor da economia e o poder militar do seu país, e ameaçando usar esse poderio para defender os interesses de Washington na América do Sul, ou a construção de duas bases na Gronelândia.

Mais tarde, na cerimónia da assinatura do documento que expande o acordo de 1951, o chefe do governo da Gronelândia Jens-Frederik Nielsen disse estar perante um “acordo em que todos ganham”, porque “tem em conta o povo da Gronelândia”.

Sobre a guerra na Ucrânia, ao lado de Zelensky, Trump disse esperar voltar a reunir-se com o russo Vladimir Putin e mostrou-se otimista quanto ao fim da guerra. Já o líder ucraniano mostrou-se esperançoso de se alcançar o fim da guerra antes do inverno. Também se afirmou pronto a uma trégua energética, se Moscovo também a cumprir.

Brasil não cabe no quintal

No seu décimo primeiro discurso na Assembleia Geral, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, comprometeu-se a impedir que os “inimigos da democracia”, tanto estrangeiros como brasileiros, influenciem as eleições presidenciais, cuja primeira volta decorre no dia 4 de outubro, enquanto a tensão sobe com Washington sobre uma alegada interferência. “Na América Latina e Caraíbas, a proximidade geográfica com a maior potência militar do mundo é inescapável. Sobre tudo num contexto de recrudescimento de tentações hegemónicas”, disse o presidente brasileiro. “O Brasil não cabe no quintal de ninguém. Precisamos de parceiros com uma agenda positiva, que fomentem o desenvolvimento. Diferenças ideológicas não devem ser obstáculos para maior integração entre vizinhos”, afirmou.

Guterres: “O poder das superpotências não é assim tão super”

DISCURSO Dirigente português fez apelo para o multilateralismo como forma de contornar um Conselho de Segurança incapaz de dar resposta aos desafios de hoje. E comparou IA ao poder nuclear.

No seu último discurso enquanto secretário-geral da Organização das Nações Unidas na respetiva Assembleia Geral, António Guterres criticou a rivalidade entre dois blocos que levou à incapacidade de ação do Conselho de Segurança. “Construir um futuro em rede começa com o reconhecimento, especialmente por parte das superpotências, de que o seu poder não é assim tão super. O seu poder tem limites. Os acontecimentos dos últimos anos tornaram isso inequivocamente claro”, disse o antigo primeiro-ministro português, que recebeu no final uma ovação de pé.

“O poder militar sozinho não pode garantir a paz. O poder económico sozinho não pode assegurar a estabilidade”, prosseguiu. “E o poder tecnológico sozinho não pode garantir a segurança. Um mundo multipolar em rede pode criar as condições para uma resolução de problemas globais mais equilibrada e representativa. Mas isso requer um sistema multilateral centrado nas Nações Unidas”, defendeu.

Na defesa do papel das Nações Unidas, António Guterres, que fez da reforma da instituição o seu grande objetivo, defendeu a inclusão de um país africano no Conselho de Segurança. “Um Conselho de Segurança do século XXI sem assentos permanentes para África é injusto e indefensável. Isto tem de mudar”, afirmou.

Durante o seu discurso, o secretário-geral destacou quatro prioridades, ou “testes de poder”, para o futuro próximo: “O poder sobre a guerra e a paz. O poder que concentra riqueza e

aumenta a desigualdade. O poder que alimenta o caos climático e a guerra contra a natureza. E o poder libertado pela inteligência artificial.”

Ao abalançar-se sobre a guerra, fez, como é habitual, um apelo ao calar das armas, tendo destacado os conflitos em Gaza, na Ucrânia, no Sudão e na Birmânia (Myanmar). “Estes e tantos outros conflitos mostram o que acontece quando o poder sai do controlo, a força supera a diplomacia, os orça-



“Continuarei a defender a convicção de que a paz é possível. Que a dignidade humana é universal. Que o poder da lei deve prevalecer sobre a lei do poder. Continuarei a defender os valores da Carta das Nações Unidas. E nunca, de forma alguma, desistirei.”

António Guterres
Secretário-geral da ONU

mentos militares disparam e a responsabilização desaparece. O teste que temos pela frente é se o poder será exercido de acordo com a lei, ou para além dela”, tendo de seguido apelado para a defesa da Carta das Nações Unidas “sem recorrer a padrões duplos”.

Sobre a questão da desigualdade, Guterres revelou, com “orgulho”, a obtenção de um “marco extraordinário”: as Nações Unidas atingiram a paridade de género pela primeira vez “em toda a liderança sénior, em todas as sedes, e em todos os profissionais”. O dirigente lembrou que tal aconteceu porque foram removidas barreiras e recusaram-se a “aceitar que o poder deva apresentar-se como sempre se apresentou”. Em resumo: “A igualdade não é um sonho. É uma decisão.”

Quanto às alterações climáticas, uma das suas grandes bandeiras, criticou as grandes empresas petrolíferas e fez um apelo para que cada governo adote um “plano nacional de abandono das energias fósseis”.

Guterres lembrou o seu primeiro discurso, no mesmo púlpito, em 2017, no qual a descreveu a inteligência artificial como uma mudança revolucionária que “pode acelerar o desenvolvimento e transformar vidas de forma incrível”, mas que, por outro lado, pode ter um “impacto dramático” em especial no mercado de trabalho e na segurança global. Agora, ao comparar os riscos da IA com os da energia nuclear, fez questão de dizer que é nas Nações Unidas que a IA deve ser regulada através de um quadro multilateral de gestão de riscos desta tecnologia. **C.A.**

À MARGEM

ISRAEL SOB ATAQUE

Primeiro, Guterres alertou para o risco de “limpeza étnica” na Cisjordânia; depois o rei da Jordânia advertiu para o “apetite expansionista” de Israel. Por fim o emir do Qatar censurou os líderes israelitas por advogarem “abertamente o deslocamento da população de Gaza”.

ERDOGAN EVOCA ABBAS

O presidente turco Recep Tayyip Erdogan denunciou a “injustiça” feita ao presidente da Autoridade Palestiniana por parte das autoridades norte-americanas, que não concederam visto a Mahmoud Abbas para este discursar na Assembleia Geral da ONU. Erdogan apelou para a reconstrução imediata da Faixa de Gaza.

MAMDANI VS. NETANYAHU

Antes de chegar à Assembleia Geral, o primeiro-ministro israelita Benjamin Netanyahu acusou o presidente da Câmara de Nova Iorque de apoiar os “monstros terroristas do Hamas” e de incitar aos “distúrbios contra os judeus novaiorquinos”. Na véspera, Zohran Mamdani qualificou Netanyahu de “criminoso de guerra” e de “arquiteto de um genocídio horrível” contra os palestinianos.

APELO PARA O GOVERNO

Uma dúzia de professores universitários portugueses apelou para que o governo subscriba a recomendação do relatório do G20 sobre desigualdade e apoie a criação de um painel intergovernamental (IPI) sobre o tema, inspirado no modelo do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas. O apelo estende-se à presença do executivo na reunião de alto nível com o secretário-geral da ONU sobre o IPI.

Trump e Xi reencontram-se com a trégua comercial entre EUA e China a terminar

VISITA Presidente chinês chega hoje aos Estados Unidos e é esperado que se reúna amanhã com Donald Trump na Casa Branca, quatro meses depois de terem estado juntos em Pequim. A guerra no Irão, as disputas comerciais entre os dois países, a Inteligência Artificial e Taiwan devem fazer parte da agenda das conversações entre os dois líderes.

TEXTO ANA MEIRELES

Xi Jinping chega hoje aos Estados Unidos para uma visita de estado de três dias, durante a qual se encontrará com Donald Trump, e que se realiza numa altura em que uma trégua comercial de um ano estabelecida entre Pequim e Washington está a chegar ao fim. Este será o segundo encontro do ano entre os presidentes chinês e norte-americano, depois de Donald Trump ter visitado Pequim em maio, e que serviu para os dois governos acordarem, entre outras questões, criar um canal intergovernamental de diálogo sobre Inteligência Artificial.

Segundo informações anunciadas por Washington, Xi chegará hoje aos Estados Unidos e será recebido na quinta-feira, juntamente com a mulher, Peng Liyuan, por Trump e pela primeira-dama, Melania Trump, na Casa Branca, onde estão previstas uma cerimónia de boas-vindas, uma reunião entre os dois chefes de Estado e um jantar de Estado.

De acordo com o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, Guo Jiakun, Xi Jinping terá uma “troca de pontos de vista aprofundada” com Donald Trump “sobre questões importantes relacionadas com as relações bilaterais e a paz e o desenvolvimento mundiais”, à medida que ambos os países procuram trabalhar em conjunto para “gerir adequadamente as divergências”. “As visitas recíprocas dos dois presidentes num intervalo de seis meses marcarão um acontecimento de importância histórica”, disse Guo na segunda-feira.

Esta visita – que acontece poucos dias depois das negociações realizadas em Nova Iorque entre o secretário do Tesouro norte-americano, Scott Bessent, e o



Em maio, Xi recebeu Trump em Pequim.

CASA BRANCA

vice-primeiro-ministro chinês He Lifeng – deverá ter na agenda questões como a guerra no Irão, a Inteligência Artificial (IA), disputas comerciais ou Taiwan. Resta saber se este encontro entre Xi e Trump servirá para impulsionar avanços nestes temas, nomeadamente as trocas comerciais e a IA.

Os analistas apontam para a possibilidade de ocorrerem avanços modestos, mas não esperam grandes resultados concretos da visita de Xi. “O principal resultado é o facto de a viagem estar a acontecer, bem como o simbolismo e a imagem que projeta”, explicou à AP Sara Schuman, ex-negociadora sénior dos EUA para o comércio com a China e investigadora do Center for a New American Security.

No plano comercial, os dois países mantêm desde outubro

Bessent afirmou que as partes concordaram em tornar operacional um “Conselho de Comércio”, discutido em maio, em Pequim. Nos bastidores, Washington e Pequim continuam a discutir quais os produtos considerados “não sensíveis” que poderão beneficiar de tarifas mais baixas.

de 2025 uma trégua na guerra comercial, que expira em 10 de novembro. No âmbito deste entendimento, Washington e Pequim suspenderam parte das tarifas e restrições adotadas durante meses de escalada, incluindo alguns controlos chineses sobre as exportações de terras raras.

As conversações de domingo entre He e Bessent abordaram precisamente a aplicação dos acordos alcançados em anteriores rondas, o comércio e o investimento bilateral, e incluíram também um diálogo sobre Inteligência Artificial, que as duas partes pretendem prosseguir.

Neste sentido, Scott Bessent adiantou no domingo que os EUA propuseram à China um novo “mecanismo de notificação” para incidentes relacionados com IA suscetíveis de afetar

a segurança nacional.

Bessent afirmou ainda que as partes concordaram em tornar operacional um “Conselho de Comércio”, discutido em maio, em Pequim. Nos bastidores, Washington e Pequim continuam ainda a discutir quais os produtos considerados “não sensíveis” que poderão beneficiar de tarifas mais baixas, lista que poderá incluir bens de consumo e produtos agrícolas, energéticos e dispositivos médicos.

Outro tema sensível é Taiwan e, segundo a Reuters, é esperado que Xi Jinping pressione Donald Trump a interromper a venda de armas à ilha. De recordar que os EUA são obrigados por lei a fornecer a Taiwan os meios para a sua defesa, apesar da ausência de relações diplomáticas formais entre Washington e Taipé.



A pressão da França de Macron não agradou a Volodymyr Zelensky.

EPA/PRESIDENTIAL PRESS SERVICE

UE renova sanções à Rússia após ceder a pressões e tirar dois oligarcas

NEGOCIAÇÕES França queria Alisher Usmanov fora da lista por causa de um alegado acordo de troca de prisioneiros com o Azerbaijão. Eslováquia e Luxemburgo defendiam a isenção de Mikhail Fridman. Letônia tinha objeções ao acordo, mas acabou por abster-se. Kiev criticou desfecho.

TEXTO ANA MEIRELES

A União Europeia aceitou retirar dois oligarcas russos – Alisher Usmanov e Mikhail Fridman – da sua lista de sanções relacionadas com a Rússia, ao mesmo tempo que prolongou por mais três anos as restrições impostas a quase 3000 indivíduos e empresas acusados de apoiar a guerra na Ucrânia. O prazo para aprovar a lista, que tinha de ser aprovada por unanimidade, terminava ontem e o desfecho não agradou a todos.

“Até agora, estas listas eram revistas e avaliadas de seis em seis meses, a decisão de hoje [ontem] de as renovar por um período de 36 meses aumenta a durabilidade e a previsibilidade do regime de sanções da UE”, informou ontem um porta-voz da presidência irlandesa do Conselho da União

Europeia, que mediou as negociações, admitindo que estas tinham resultado “num compromisso difícil”.

No centro da polémica está a França, que, no início do mês, surpreendeu (pela negativa) Bruxelas e os restantes Estados-membros ao pedir a retirada do nome do russo-uzbeque Alisher Usmanov, alegando uma questão de “segurança nacional”. Em causa, segundo vários media internacionais estará um acordo de troca de prisioneiros envolvendo franceses e o Azerbaijão.

O segundo oligarca russo, Mikhail Fridman, foi também retirado da lista de sanções depois de a Eslováquia ter vetado a manutenção do seu nome. Paralelamente, o Luxemburgo alegou que, com a saída de Usamov, Fridman – que interpôs uma

ação de 16 mil milhões de dólares contra o grão-ducado – devido ao congelamento dos seus bens.

Processo judicial que deverá ficar sem efeito, já que, com a saída da lista de sanções, Mikhail

“A decisão de retirar Usmanov e Fridman da lista de sanções é vergonhosa e injustificável. Moscovo está a celebrar porque obteve o que queria”, criticou o líder da diplomacia da Ucrânia.

Fridman deixará de ter os seus bens congelados.

Após duas semanas de intensas negociações entre os 27, e que deixaram o regime de sanções do bloco à beira do colapso, as coisas pareciam bem encaminhadas para um acordo, até que, na segunda-feira, a Letónia anunciou que tinha objeções à retirada dos dois oligarcas.

Numa mensagem das redes sociais publicada na segunda-feira à noite, o primeiro-ministro letão Andris Kulbergs, revelou que não podia aceitar o compromisso proposto, anunciando que tinha dado instruções ao ministro dos Negócios Estrangeiros negociar uma solução com Paris e Bruxelas. Ontem soube-se que Riga se absteve na votação dos nomes de Usmanov e Fridman.

À medida que as negociações

Lituânia quer aderir à dissuasão nuclear

A Lituânia deu ontem o primeiro passo para eliminar a proibição constitucional de armas nucleares no país, abrindo caminho à adesão ao acordo de dissuasão nuclear avançada oferecido aos aliados europeus pelo presidente francês, Emmanuel Macron. O Parlamento lituano aprovou com 99 votos a favor, 13 contra e cinco abstenções o início do processo de revogação do artigo 137.º da Constituição do Estado báltico, que estabelece que “não poderá haver armas de destruição maciça nem bases militares estrangeiras no território da República da Lituânia”. Segundo a legislação lituana, para alterar a Constituição são necessárias ainda duas votações, com três meses de intervalo entre ambas, com pelo menos 94 dos 141 deputados a favor da alteração.

em Bruxelas se aproximavam da fase final, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, chegou a apelar ao bloco para que mantivesse Usmanov e Fridman na lista de sanções, agradecendo à Letónia pela sua oposição.

“O mundo não precisa de uma remoção política de nomes da lista, mas sim da renovação atempada e incondicional das sanções individuais, até que Moscovo se envolva em conversações de paz sérias e tome medidas concretas para pôr fim à sua guerra contra a Ucrânia”, afirmou Zelensky. “Este é o caminho mais curto para a paz que todos procuramos. Cada família ucraniana conta com a unidade e a solidariedade da UE”.

Já depois da decisão tomada, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Andrii Sybiha, classificou-a de “vergonhosa”. “A decisão de retirar Usmanov e Fridman da lista de sanções é vergonhosa e injustificável. Moscovo está a celebrar porque obteve o que queria: um sentimento de impunidade, a humilhação da UE e a divisão entre os europeus”, escreveu o líder da diplomacia ucraniana no X. “Mas ainda há uma forma de estragar as celebrações em Moscovo. Exorto todos os Estados-membros da UE a anunciarem agora que vão impor as suas próprias sanções nacionais a estes dois indivíduos”.

Seul faz apelo aos EUA sobre o programa nuclear de Pyongyang

O presidente da Coreia do Sul disse que os Estados Unidos devem trabalhar para congelar o programa nuclear do Norte, em vez de procurar a sua eliminação imediata, em troca do alívio das sanções.

“Acredito que há um interesse considerável em encontrar um meio-termo entre as sanções – que, de qualquer forma, não são particularmente eficazes – e a interrupção do desenvolvimento de novas armas nucleares e de tecnologia de mísseis balísticos intercontinentais”, declarou Lee Jae-myung ao *New York Times* publicada ontem. “Procurar a desnuclearização nas circunstâncias atuais garante que nada será alcançado”.

Lee afirmou ainda que, durante a reunião anual da Assembleia Geral da ONU, iria procurar “uma solução gradual e pragmá-

tica para a questão nuclear norte-coreana” e trabalhar com base na sua visão de promover a paz na península coreana.

O sul-coreano mencionou a recente proposta de negociações para terminar formalmente a Guerra da Coreia e disse que a iniciativa permitiria explorar formas de conter o programa nuclear norte-coreano.

A imprensa oficial da Coreia do Norte noticiou ontem que o país testou no domingo uma arma de “novo tipo”, num teste acompanhado pelo líder Kim Jong-un, sem adiantar mais pormenores.

O estatuto de potência nuclear da Coreia do Norte – que realizou o seu primeiro teste em 2006 e, desde então, desenvolveu uma gama de mísseis balísticos – está consagrado na sua Constituição desde 2023. **DN/LUSA**



Burnham recebeu Micheal Martin na semana passada em Manchester.

Andy Burnham não descarta a possibilidade do Reino Unido regressar à União Europeia

ALIANÇA Prioridade imediata é cimeira entre Londres e Bruxelas e restabelecer pontes entre as duas partes.

TEXTO **ANA MEIRELES**

O primeiro-ministro britânico não descartou ontem a inclusão de uma promessa de regresso à União Europeia no próximo manifesto eleitoral do Partido Trabalhista, embora garantido que a sua prioridade imediata é continuar a reconstruir pontes com os aliados do bloco.

“O nosso foco, neste momento, está numa cimeira entre o Reino Unido e a UE que esperamos que ocorra ainda este ano”, disse Andy Burnham aos jornalistas que o acompanharam no voo para Nova Iorque, onde irá discursar na Assembleia Geral das Nações Unidas na madrugada desta quarta-feira (hora de Lisboa). “A minha prioridade imediata é dar continuidade ao bom trabalho que Keir [Starmer] realizou para reconstruir pontes. Afinal, essas pontes tinham sido quebradas no início desta década, e Keir fez um bom trabalho ao restabelecer essa relação”.

Neste sentido, prosseguiu o líder do governo britânico, “o que precisamos de fazer agora é avançar para o próximo patamar e alcançar um acordo prático que impulse ainda mais a economia britânica. Estas questões constituem a agenda central da cimeira, juntamente com as exigências da UE relacionadas com a mobilidade dos jovens”.

Mesmo assim, e em mais uma

referência ao seu antecessor, Andy Burnham garantiu que irá respeitar as “linhas vermelhas” do governo de Keir Starmer até às próximas eleições, mas admitiu que está a ser pressionado pelos deputados trabalhistas que se opuseram ao Brexit para mudar de rumo, muito em parte devido ao potencial impulso para o crescimento do país.

Esta não é a primeira vez que Burnham defendeu que o Reino Unido deve voltar a ser um Estado-membro da UE. No entanto, suavizou este discurso em maio, durante a sua campanha para ser eleito deputado (e que lhe permitiu chegar a primeiro-ministro) em Makerfield – círculo que votou a favor do Brexit no referendo de 2016. “A minha opinião é que o Brexit foi prejudicial”, disse durante a campanha. “Mas também acredito que a última coisa que devemos fazer agora é retomar estes argumentos”.

Na semana passada, quando recebeu em Manchester o primeiro-ministro irlandês, Micheál Martin, Andy Burnham declarou que o seu governo aguardava com expectativa a cimeira entre o Reino Unido e a União Europeia e que desejava “dar novos passos para aprofundar a relação com a Europa”. De recordar que a Irlanda ocupa até ao final do ano a presidência rotativa do Conselho da União Europeia.

BREVES

GOVERNO FRANCÊS SUBSIDIA COMBUSTÍVEIS

Num gesto suplementar de 450 milhões de euros, o governo francês anunciou um alargamento do pacote de ajudas ao combustível até ao final do ano, anunciou a porta-voz do governo e ministra responsável pela Energia, Maud Bregeon. Para as pessoas elegíveis, o apoio representará o equivalente a 40 centimos por litro de combustível durante três meses, ou seja, um subsídio total de 100 euros. Além de manter os apoios aos agricultores, pescadores e setor da construção, estes foram alargados a quem faça muitos quilómetros, como os enfermeiros no meio rural. Contas feitas, passa a haver 5,5 milhões de franceses elegíveis, contra 3 milhões anteriormente.

SENADOR QUER INVESTIGAR BODA DE TRUMP JR.

O senador republicano John Curtis apelou para que o Congresso dos EUA inicie uma investigação sobre o pagamento da festa de casamento de Donald Trump Jr., filho mais velho do presidente, por parte de um empresário russo. Trump Jr. e a sua mulher Bettina Trump confirmaram na semana passada que o seu “querido amigo” Umar Kremliev tinha “oferecido de forma muito generosa duas noites inesquecíveis” de festa nas Bahamas. “Uma torradeira é um presente de casamento. Uma festa numa ilha privada paga por um oligarca ligado a Putin, isso já é outra coisa”, disse nas redes sociais o senador eleito pelo Utah.

NOVA NOVA SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS

Publicita-se a abertura de procedimento de recrutamento de pessoal para a NOVA School of Business and Economics, aos quais podem candidatar-se indivíduos que reúnam as condições fixadas nos avisos disponíveis no seguinte endereço:

<https://www2.novasbe.unl.pt/pt/sobre-nos/junte-se-a-nova-sbe>

» **Referência NOVASBE.CT.62.2026** – 1 Técnico Superior, para exercer funções na área de Pré-Experiência da NOVA SBE, em regime de contrato individual de trabalho a termo certo.

O prazo limite para submissão das candidaturas é de **15 dias úteis** a contar da data da publicação do presente anúncio.

NOVA IMS INFORMATION MANAGEMENT SCHOOL

AVISO

PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO

Áreas de atividade:

Marketing dos Cursos e Admissões, Projeto NextCity, Serviços Académicos e Serviços de Informática da NOVA IMS.

Os/as interessados/as deverão consultar o edital disponível no *website* da NOVA IMS, em: <https://www.novaims.unl.pt/pt/quem-somos/bolsa-de-emprego>.

O Administrador Executivo
Pedro Garcia Bernardino



Bruno Fernandes, João Neves e Jorge Jesus. No primeiro treino, o selecionador nacional também se exercitou junto dos jogadores.

Félix e Trincão no papel de apoio ao avançado

SELEÇÃO Primeiras ideias para o País de Gales começaram a ser testadas. Jorge Jesus vê jogadores do campeonato saudita nas costas de Ronaldo ou Ramos e extremos a procurar diagonais.

TEXTO **FREDERICO BÁRTOLO**

O primeiro treino de Jorge Jesus como Selecionador Nacional deu pistas sobre o plano a abordar para o País de Gales, jogo a decorrer quinta-feira, no arranque da Liga das Nações (19h45, em Alvalade). Esta terça-feira, o técnico optou por dividir o conjunto em duas equipas, colocando os defesas numa e os atacantes na outra. Definiu, portanto, que as opções para o meio-campo defensivo são João Palhinha e Rúben Neves pela atribuição de coletes que fez antes do preparo, excluindo Vitinha ou João Neves dessa posição. Incluiu nessa equipa Bernardo Silva, retirando, portanto, lugar mais criativo ao jogador do Real Madrid, fixando-o, possivelmente, como médio-centro.

Com o colete '9', sem surpresa,

Cristiano Ronaldo e Gonçalo Ramos, sendo, sim, impactante perceber que além de João Félix é Francisco Trincão a outra opção para jogar nas costas dos avançados. Deixara entender na conferência de Imprensa de divulgação dos convocados que iria apostar num modelo tático com um avançado mais fixo e outro mais móvel, definindo Félix, que treinou na Arábia Saudita, atrás do avançado. Com o mesmo número de colete do que Félix, a ideia para Trincão, ex-jogador do Sporting, passa, para já, pela posição atrás do dianteiro.

No trabalho feito na Cidade do Futebol, foi possível aferir que o plano passa por um jogo forte dos laterais, envolvidos em processo ofensivo, e que há testes com os extremos a jogar no corredor oposto ao pé preferencial:

Fábio Silva deixou elogios a Jorge Jesus. “Sempre acompanhei o trabalho do místico e como os jogadores costumam melhorar com ele. Vou tentar armazenar, aprender e procurar executar. Não preciso de enumerar os feitos dele”, disse o avançado.

Fábio Silva é visto como atacante para o lado esquerdo, tal como Rafael Leão, nestes primeiros testes, sendo ambos destros. No lado contrário, Pedro Neto e Francisco Conceição, canhotos, serão armas para romper pela direita. Bruno Fernandes, Vitinha e João Neves terão, tudo indica, papel como interiores no esquema tático que deve ser de 4x4x2, com nuances diferentes, possivelmente, mas que sempre tem sido o plano-base de Jorge Jesus nas suas equipas. Dentro do trabalho, o selecionador insistiu em combinações ofensivas contra a defesa e trabalho sectorial, nitidamente a querer dividir o processo de criação ofensiva, que é prioritário, da linha defensiva.

Fábio Silva com mágoa por sair cedo do FC Porto

Fábio Silva, do Dortmund, foi uma das quatro novidades de Jesus na primeira convocatória. Em 2024, foi chamado à Seleção, teve uma internacionalização na Liga das Nações e agora regressa após o bom arranque de época na Alemanha com quatro golos em seis jogos. Esta terça-feira, foi o porta-voz da Seleção Nacional e concordou que pode ser um ativo por saber “recuar para procurar a bola” e por “não ser um avançado fixo”, vincando “vontade de aprender e de querer para ser importante na equipa.”

Deixou elogios rasgados a Jorge Jesus. “Sempre acompanhei o trabalho do místico e como os jogadores costumam melhorar com ele. Vou tentar armazenar, aprender e procurar executar. Estou aqui para ajudar nos minutos que o místico me der. Não preciso de enumerar os feitos dele. Os jogadores melhoram sempre depois de trabalhar com ele. Já na reunião que tivemos hoje [ontem], percebe-se o porquê de ganhar o que ganha”, destacou.

Em 2020, rumou ao Wolverhampton, rendeu 40 milhões de euros, e depois de apenas 21 jogos pela equipa principal do FC Porto saiu ainda júnior. Esta terça-feira, na Cidade do Futebol, em Oeiras, reconheceu a “mágoa” e disse ter visto o clássico no Dragão. “Fui ver o jogo, o meu clube é o FC Porto, sou portista, todos sabem. O futuro nunca se sabe, mas é uma mágoa que tenho a forma precipitada como saí do FC Porto”. Diz sentir-se “um jogador completo” e está “feliz” por poder aprender com Ronaldo: “Sempre me inspirei nele. É um ídolo”.

Bah marcou no Dragão, mas teve recaída

Alexander Bah foi dispensado da seleção da Dinamarca devido a uma “recaída” da lesão no ombro direito, assim explicita a federação local. O atleta participou no clássico com o FC Porto no Estádio do Dragão, voltou após paragem, mas agora não vai alinhar pela seleção depois de ter feito uma série de testes físicos. Bah, recorda-se, lesionou-se no Marítimo-Benfica a 5 de setembro (foi comunicado um traumatismo no ombro direito) tendo ficado de fora nos três jogos seguintes da equipa de Marco Silva até ao regresso diante do FC Porto.

Assim, falhará o encontro da Dinamarca com Portugal, a 1 de outubro, em Copenhaga, a contar para a Liga das Nações. O próximo jogo do Benfica está agendado para 11 de outubro, diante do V. Guimarães no Estádio da Luz. Pelo que o DN pôde saber, não há grande preocupação sobre o estado de Bah para o próximo jogo, atleta que tem tido vários problemas físicos ao longo das temporadas pelos encarnados.

Prestiani, entretanto, estará a ser avaliado na Argentina. O jogador foi chamado à seleção para embates de preparação e terá um problema que o limita no tornozelo, que obrigou a receber assistência médica no clássico. Falta a comunicação oficial da federação a detalhar o problema e o procedimento futuro. O certo é que prestou declarações na Argentina – afirmando que não se vê a voltar ao país para já – e a lesão não teve grande impacto mediático. O Benfica acompanha a situação, mas sem grande preocupação. **F.B.**



REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGENS

Miguel Laranjeiro

“Não queremos um momento. Queremos um futuro”

ANDEBOL O presidente da Federação defende uma aposta sustentada na formação, reclama mais reconhecimento social para a modalidade e coloca o desenvolvimento do andebol feminino entre as prioridades.

TEXTO CECÍLIA CARMO

A seleção masculina portuguesa viveu nos últimos anos a melhor fase da sua história, adotando *A gente vai continuar*, de Jorge Palma, como uma espécie de hino da equipa. Miguel Laranjeiro atribui o salto competitivo a uma estratégia de lon-

go prazo, ao trabalho dos clubes e à qualidade dos atletas e treinadores. A dois anos do Europeu de 2028, que Portugal organizará com Espanha e Suíça, o presidente da Federação de Andebol de Portugal fala de um momento que quer transformar em mais praticantes, maior

igualdade no feminino e reconhecimento para uma modalidade que já se habituou a competir entre as melhores do mundo.

O andebol português está a viver um dos períodos mais fortes da sua história. Que balan-

ço faz deste crescimento, desportivo e institucional?

Só posso fazer um balanço positivo. O crescimento é visível através das seleções nacionais, seniores e jovens, mas também no andebol de praia e no andebol em cadeira de rodas. Há igualmente um crescimento sustentado no número de atletas e de clubes.

Os clubes são a base de tudo. Há um trabalho extraordinário de formação por esse país fora, muitas vezes desenvolvido por estruturas que têm enormes dificuldades de gestão e até de sobrevivência, mas que criam oportunidades para crianças e jovens. Nunca me esqueço desse trabalho, porque é ali que tudo começa.

Os resultados mudaram a forma como o país olha para a modalidade?

Gostava que mudassem ainda mais, para ser sincero. Portugal compete, sobretudo na Europa, com países maiores, com mais população e uma cultura desportiva muito consolidada, como Alemanha, França, Espanha ou os países nórdicos. Há ainda realidades com forte apoio estatal, nomeadamente em vários países do Leste europeu.

No meio dessa realidade, conseguirmos estar de forma consistente no top 5, no top 4 ou acima disso nas seleções jovens é abso-

lutamente extraordinário. Ser quarto classificado no Mundial de 2025, quinto no Europeu e ter participado nos Jogos Olímpicos mostra que estamos a fazer algo muito relevante.

Quando diz que gostaria de maior reconhecimento, está a falar da tutela do desporto?

Não. Não estou a falar especificamente da tutela. Temos tido atenção institucional, visitas e presenças de responsáveis públicos, atuais e anteriores. A questão é mais ampla: tem a ver com a sociedade, com as empresas e com a cultura desportiva do país. O que falta é um reconhecimento que se traduza em melhores condições para viver e fazer crescer o desporto. Não falo apenas do andebol; é uma questão que se coloca a muitas modalidades. Há um trabalho de enorme qualidade que, muitas vezes, não tem ainda o peso social e económico que merece.

A Federação definiu há cerca de uma década o programa Rumo 2028. O que mudou com essa estratégia?

Apontámos para uma década, definindo objetivos claros e dando confiança e autonomia às equipas técnicas. Mas houve uma ideia essencial: dar tempo. No desporto, por vezes, exige-se tudo de imediato. Nós entendemos que é preciso competência, esforço, ambição e muito trabalho, mas também tempo para que esse trabalho apareça. Nunca nos interessou um resultado isolado, que surge e desaparece. O que sempre quisemos foi consolidação.

A aposta nas seleções jovens foi determinante. Muitos atletas que chegam à seleção principal já levam mais de uma centena de jogos internacionais, entre competições oficiais, torneios e encontros particulares. Esse percurso dá-lhes experiência, conhecimento tático e capacidade competitiva.

Há uma relação direta entre o investimento na formação e os resultados da seleção principal?

A seleção “A” é a parte mais visível de um percurso que começa muito antes: nos clubes, nas associações regionais, nas escolas e nas seleções jovens. Queremos que os atletas cheguem à seleção principal com experiência internacional e preparados para responder à exigência. A base tem de ser alargada e depois vai-se afunilando em função da quali-

dade. Mas esse afunilamento só funciona se houver uma massa crítica forte, clubes organizados e treinadores capacitados. Os resultados da seleção principal são consequência de uma cadeia de trabalho que exige confiança, autonomia, responsabilização e avaliação.

Como se constrói a base de praticantes?

Constrói-se com trabalho nos clubes, nas associações regionais e nas escolas. O Andebol 4 Kids é um programa muito importante nesse percurso, porque permite levar material, informação e coordenação a escolas, clubes e associações.

Temos também reforçado esse trabalho com programas apoiados pela Federação Europeia. O objetivo é chegar às crianças numa fase em que ainda estão a descobrir o desporto e criar condições para que possam experimentar a modalidade. A Federação, as associações, os clubes e as escolas têm de funcionar como partes do mesmo percurso. É isso que permite aumentar o número de praticantes e, depois, encontrar e acompanhar quem pode chegar às seleções regionais, jovens ou nacionais.

Mas, como chega a Federação aos clubes mais pequenos e aos territórios do interior?

O objetivo é precisamente olhar para todo o universo nacional. Há clubes com capacidade e vontade de crescer em todos os territórios e é junto deles que temos de estar. Temos um programa de certificação de clubes, com três níveis. Em função dos critérios cumpridos, relacionados com o treino, o acompanhamento dos atletas e a qualificação dos treinadores, os clubes podem ter reduções ou até isenção das taxas de inscrição até aos sub-18.

O andebol feminino é uma das áreas prioritárias?

Sem dúvida. Sempre disse que era uma área em que tínhamos margem para crescer, porque a base era menor. E sou um radical na igualdade de oportunidades. Há progressos muito positivos no desporto feminino, em várias modalidades, mas ainda existem diferenças evidentes. Há clubes com estruturas importantes que não têm vertente feminina, ou que deixaram de a ter. Não vale a pena escamotear essa realidade. Temos de caminhar para a igualdade, com realismo, mas sem desistir dessa ambição.



No andebol de praia a formação lusa conquistou o ano passado o 2º lugar nos Jogos Mundiais na China.



A equipa principal joga de igual para igual com as melhores a nível mundial



Os sub-21 festejam o título de vice-campeões do Mundo.



A seleção portuguesa de cadeira de rodas foi bronze no Mundial

“Estamos a tentar fazer no feminino o caminho que tem sido feito no masculino: apostar na formação, nas seleções jovens e na criação de condições para uma evolução sustentada.”

Queremos trabalhar para o apuramento para o Mundial do próximo ano. É muito importante que também tenhamos uma seleção feminina presente nas grandes competições, porque isso dá notoriedade, cria referências e ajuda a despertar o interesse das jovens pela modalidade. Estamos a tentar fazer no feminino o caminho que tem sido feito no masculino: apostar na formação, nas seleções jovens e na criação de condições para uma evolução sustentada.

O andebol de praia e o andebol em cadeira de rodas também fazem parte desse crescimento?

Fazem plenamente parte do projeto. Temos tido conquistas e progressos nessas vertentes, tal como nas seleções jovens. Em 2028, gostaria que se pudesse falar de uma consolidação da presença portuguesa no andebol de praia e no andebol em cadeira de rodas, a par do crescimento das seleções de topo e do desenvolvimento do feminino. O crescimento da modalidade mede-se também pela sua capacidade de acolher diferentes formas de

competir e mais praticantes.

O Europeu de 2028, organizado por Portugal, Espanha e Suíça, será o grande momento da próxima etapa?

Será uma grande oportunidade desportiva, de promoção e de crescimento. Portugal receberá duas fases preliminares e a “main round”. O fim de semana das finais será em Madrid, porque Portugal não tem atualmente um equipamento com condições para acolher essa fase final. É uma candidatura consciente, partilhada com Espanha e Suíça. Também é uma oportunidade para trazer os grandes eventos para o sul da Europa. Os Europeus e os Mundiais têm estado muito concentrados nos países nórdicos, na Alemanha ou em França. O andebol europeu ganha se houver mais países e mais regiões capazes de organizar provas desta dimensão.

Que impacto espera que o Europeu tenha para lá dos jogos?

Os grandes campeonatos aumentam a visibilidade, o interesse mediático e a aproximação das crianças e dos jovens à modalidade. Cria-se um ambiente à volta do evento que pode fazer com que muitos queiram experimentar o andebol.

Queremos mobilizar clubes e adeptos e fazer uma grande festa da modalidade. Vamos convidar antigos internacionais masculinos, femininos, de praia e de cadeira de rodas que tenham ultrapassado um determinado número de internacionalizações. É uma forma de reconhecer quem ajudou a construir o caminho até aqui.

Os primeiros bilhetes deverão ser colocados à venda no último trimestre do ano, com condições especiais numa primeira fase para os adeptos portugueses. Os clubes terão um papel essencial nesta mobilização.

Há milhares de pessoas anónimas que não têm oportunidade de dar entrevistas, mas que fazem muito pelo andebol e pelo desporto português. São as pessoas que abrem e fecham pavilhões, dão treinos, dirigem clubes, fazem inscrições e resolvem problemas. Noventa e nove por cento desta dinâmica assenta no voluntariado. Há centenas de pessoas que, todos os dias e todos os fins de semana, tornam possível que crianças e jovens possam jogar andebol. Essa comunidade é extraordinária e merece ser reconhecida.

Quatro espetáculos para ver no Festival Try Better, Fail Better

TEATRO A 19.ª edição do festival criado pela companhia Teatro da Garagem decorre no fim de semana de 26 e 27 de setembro no Teatro Taborda, em Lisboa. Apresenta quatro projetos nas áreas do teatro, *performance* e criação multidisciplinar. *Desafinada no Coração*, de Miriam Freitas, propõe “palhaçaria” contemporânea; *dis-far-ce*, de Mariana Magalhães, inspira-se na fotografia de Cindy Sherman e cruza teatro e filme; *Maria D. não sobe montanhas*, de Gustavo Antunes, combina memórias pessoais para abordar o tema do luto; e *Paradoxo Molotov*, de Joana Resende, Bárbara Gomes, Mariana Sardinha e Zé Alves parte de *Alice no País das Maravilhas*, mas no final tem pouco a ver com a obra.

TEXTO CARLA ALVES RIBEIRO FOTOS LEONARDO NEGRÃO



Zé Alves, Joana Resende e Bárbara Gomes no espaço La Rage. Faltava Mariana Sardinha, cocriadora da peça que não estava no ensaio.

‘Paradoxo Molotov’: Quatro criadores que são todos Alice, cada um à sua maneira

São quatro amigos que estudaram na Escola Superior de Teatro e Cinema. Queriam trabalhar juntos num projeto criado por eles e foi essa vontade que fez com que respondessem à *open call* do Festival Try Better, Fail Better com a peça *Paradoxo Molotov*. Eles são a Joana Resende, a Bárbara Gomes, a Mariana Sardinha e o Zé Alves e encontraram-se a ensaiar no espaço La Rage.

“Este espetáculo é sobre uma rapariga que decide isolar-se do mundo, ela chama-se Alice, e há logo uma referência à *Alice no País das Maravilhas*. Vamos fazer os quatro de Alice, é uma personagem que alberga as nossas inquietações individuais, e foi daqui que nós partimos”, diz Joana Resende. O espetáculo é variado, “não se alinha com nenhum género específico”. O texto foi escrito pelos quatro. “Não temos uma referência direta à *Alice no País das Maravilhas*. Pegamos no nome Alice e nesta personagem que se isola e começa a viver neste mundo imaginário, num mundo paralelo,

que a dada altura se deteriora”, descreve Zé Alves.

Há mais personagens em *Paradoxo Molotov*: uma abelha, uma palhaça, uma noiva, os capacetes, uma italiana muito austera, um anjo, uma poeta, uma rainha de copas, uma vendedora de uma loja de congelados, uma senhora que come pão com manteiga, uma chorona e um velho baboso. A cenografia vai sendo manipulada ao longo do espetáculo, só no final revelando ao espetador o lugar onde se encontra e aquilo que está a acontecer. “Não se trata de um espetáculo de teatro convencional”, dizem.

“Somos quatro criadores, pelo que jamais seria possível que isto tivesse uma linha muito lógica e coerente. Isso vai passar para o espetador: vão notar-se as diferentes mãos, tanto nas palavras como na criação das cenas, o que favorece a nossa proposta e foi essa a intenção desde o início”, diz Zé Alves. Todos propuseram ideias sem saberem, à partida, como se iriam ligar umas às outras, mas, no final, tudo acabou por se encaixar, garantem.



Miriam Freitas interroga, através do humor, a obrigação de nos alinharmos com o coletivo. Há que “desafinar” e encontrar ritmo próprio.

‘Desafinada do Coração’: equilibrar o ritmo pessoal com o pulsar coletivo

É luso-brasileira e está em Portugal há 12 anos. Veio fazer um mestrado e agora está a terminar um doutoramento em Ciências da Comunicação com uma abordagem à “palhaçaria”. Interessa-lhe investigar os dois lados, quem atua e quem assiste. O solo que vai apresentar entra nesse universo ‘*clownesco*’, diz Miriam Freitas, criadora de *Desafinada do Coração*, um mundo com o qual se apaixonou em 2017. “Precisamente por conta desse lugar que quebra a quarta parede e me coloca mais em contacto com o público do que eu ficar naquela ilusão de uma parede em que as pessoas estão a assistir pelo buraco da fechadura”.

O espetáculo nasceu da inquietação de “entender este mundo que está muito desafinado, a gente sente a obrigação de tentar caber em alguns espaços ou em alguns corações. E esquece que cada um tem o seu próprio ritmo. Parece-me que as pessoas tentam entrar num ritmo coletivo”. Quando fala em “desafinada” é pois em sentido rítmico, explica a artista,

e o objetivo é explorar “como se equilibra o ritmo interno com o ritmo externo”.

Escreveu o texto inspirada na obra *Poème Symphonique* com os seus 100 metrónomos acionados no mesmo andamento mas a ritmos distintos, e que a dado momento se alinham. “Temos que aceitar que a gente bate em ritmos diferentes, que não temos que nos alinhar, caber nos formatos sociais. Estou questionando um pouco isso por via da comichidade”, diz Miriam. É um espetáculo de humor e ela é a palhaça.

Miriam é a única personagem em cena, mas dialoga com ela própria através de uma *loop station*, que faz de eco ou fala por ela. “Eu gravo umas frases e ela responde-me”. Também há uma cadeira e muitos metrónomos, à vista e escondidos, e com eles a palhaça terá “uma conversa muito longa”. Neste espetáculo, e fazendo jus ao nome do festival – Try Better, Fail Better –, o erro é permitido. “Por que não fazer com que a música entre na hora errada e a luz se apague quando não tem de apagar?”

Foram à volta de cem as candidaturas a esta 19.ª edição do Festival Try Better, Fail Better, revela Carlos J. Pessoa, diretor artístico do Teatro da Garagem, a companhia que ocupa o Teatro Taborda, em Lisboa, e que promove esta iniciativa. A escolha dos quatro projetos que depois entraram em residência artística neste mês de setembro obedeceu a dois critérios.

“Há cada vez mais interdisciplinaridade e os projetos vêm com diferentes tendências, uns mais performativos, outros com acento mais no gesto, outros mais na imagem, e nós, em função disso, procuramos salvaguardar essa diversidade. É o primeiro critério”, diz Carlos J. Pessoa.

O segundo, explica, é “a consis-

tência, a coerência, o modo como o projeto é apresentado. Portanto, foram estes dois critérios, a diversidade e a consistência, por forma a não estarmos sempre a apresentar o mesmo tipo de espetáculo”.

Este ano, exemplifica Carlos J. Pessoa, há uma apresentação de “palhaçaria”. “Um termo novo que eu nem conhecia. A palhaçaria vem da arte do palhaço. É uma forma de arte e bem justificada, o projeto era bem interessante”.

Os projetos começam por ser “manifestos de intenções” e depois são desenvolvidos em residência artística durante cerca de um mês. O artistas selecionados beneficiam de apoio técnico e financeiro e também de mentoria da equipa do Teatro da Garagem.

O festival nasceu há quase duas décadas com essa vocação.

“Quando iniciámos, o objetivo era proporcionar a criadores, a artistas em princípio de carreira, a oportunidade de não só apresentarem o seu trabalho, mas sobretudo terem tempo e condições para que essas apresentações públicas tivessem apoio logístico, financeiro – na medida do possível –, de promoção, de divulgação, com algum contraponto crítico, para que as obras tivessem uma gestação realmente acompanhada e significada. Sempre quisemos colocar a nossa experiência em favor dos criadores que estão a começar”, diz o diretor do Teatro da Garagem.

O que se procura é um espírito colaborativo e não competitivo,

sublinha. Nesta edição, Miriam Freitas (*Desafinada no Coração*), Mariana Magalhães (*dis-far-ce*), Gustavo Antunes (*Maria D. não sobe montanhas*) e Joana Resende, Bárbara Gomes, Mariana Sardinha e Zé Alves (*Paradoxo Molotof*), os criadores dos quatro projetos selecionados, puderam trocar experiências.

“São sobretudo primeiros projetos e são pessoas muito diferentes. Isso é um dos aspetos que nos interessa, que as pessoas saiam da sua bolha, da sua zona de trabalho habitual para conhecerem outras pessoas, com outras formações, com outros modos de pensar e de olhar para a cena. E a residência favorece exatamente isso”.

O trabalho desenvolvido é na

base da tentativa e erro para o qual aponta o nome do festival, “sem receio de errar, porque o erro aqui representa uma oportunidade. Uma oportunidade de pensamento, de correção, de evolução”, sublinha Carlos J. Pessoa.

A maioria dos artistas são jovens, mas o que interessa é serem primeiras obras, mesmo que sejam de criadores mais velhos. “Não queremos fechar isto apenas nos jovens, as gerações devem também cruzar-se”. Para Carlos J. Pessoa, “a realidade das artes cénicas em Portugal é mais estimulante do que era há uns anos, e isso muito por força do trabalho destas novas gerações, mas também daquelas que estão e que continuam a batalhar por esta área”.



Gustavo Antunes faz de dele próprio e de sua mãe nesta performance com texto de Júlia Medina, que parte de elementos biográficos do ator.

‘Maria D. não sobe montanhas’: texto, canto e corpo para os vários lutos da vida

Ator, performer, Gustavo Antunes dá vida a um texto escrito a partir da sua experiência de luto, com a morte do pai, em 2023, e, poucos meses depois, do padasto. “A performance é muito sobre o luto através dessa experiência autobiográfica, mas está muito ficcionalizada. Não é um relato sobre o que aconteceu”. O texto de *Maria D. não sobe montanhas* foi escrito por Júlia Medina, dramaturga, atriz e ex-mulher de Gustavo.

“Queremos falar não só sobre o luto da morte, mas das diversas mortes pelas quais a gente passa na vida. Passamos pelo luto quando mudamos de país, quando acabamos uma relação. E então estamos os dois a viver esse luto ainda, e é mais uma camada que entra”, explica Gustavo Antunes, que estará sozinho em palco mas interpretará duas personagens: ele próprio e uma figura inspirada na sua mãe.

Neste espetáculo há texto, canto e corpo. “Espero que seja divertido também, não só dramático”, diz o ator na Tasca das

Artes, onde está a ensaiar. Em palco tem uma cadeira e um microfone. Diz que está “mesmo no momento de tentar melhor e falhar melhor”, e daí ter-se candidatado ao festival. Brasileiro, chegou a Portugal em 2018 e tem trabalhado em teatro.

Para Júlia Medina tem sido interessante criar um texto que parte de elementos biográficos de outra pessoa. “Acredito que quando escrevemos dificilmente nos conseguimos desvincular completamente do nosso próprio eu, por isso tenho esse desafio de escrever algo biográfico, mas que possivelmente carrega muito de mim também. Para além da relação próxima que eu já tive com o Gustavo. As biografias de alguma forma se misturam e se entrelaçam”, diz a autora.

“É preciso entregar o coração às ficções”, diz o texto a certa altura. “A ficção é também algo que nos ajuda a entender melhor a nossa própria vida”, sublinha Júlia Medina. O desafio maior, considera, foi conciliar a profundidade dos temas com a poesia e o humor.



Um mundo da fantasia inspirado nas fotografias de Cindy Sherman, com figuras como o porco, o palhaço e a atriz solitária.

‘dis-far-ce’: um espetáculo com três camadas em filme e no palco

É um projeto “que já foi muitas coisas”, diz Mariana Magalhães, a impulsionadora de *dis-far-ce*. E no dia em que a encontramos no Teatro Taborda, o espetáculo, que cruza várias áreas artísticas, ainda não estava fechado. Certo é que é uma produção multidisciplinar, com atuações em palco e a projeção de vários filmes.

Francisco Rolo, Hugo Olim, Ícaro Alves, Lúcia Pires, Maria Ribeiro Torres e Nuno Pinheiro são os interpretes dos filmes, sendo que apenas três elementos – Nuno Pinheiro, Hugo Olim e Lúcia Pires – estarão em palco com a Mariana.

Este espetáculo tem três frentes. “Temos a parte da ficção, o projeto propõe que se pense um filme biográfico inspirado em memórias minhas, fragmentadas, em que fazemos um percurso pela infância, vida adulta e o mundo da fantasia. São figuras muito inspiradas nas fotografias da fotógrafa Cindy Sherman”, diz Mariana Magalhães. Mais especificamente na série *Untitled Film Still*, que retrata “uma atriz que deseja ter uma vida

luxuosa, mas ao mesmo tempo de uma grande solidão”. Há também a figura do palhaço (da série *Clowns*) e a do porco, da série *Fairy Tales*. E aparece também uma criança. As personagens interpretadas pelos atores são todas projeções da própria Mariana.

Esta parte desenrola-se toda em vídeo, que representa 80% do espetáculo. “Depois há uma outra camada, que é o comentário sobre o processo”, explica a artista. “A minha inexperiência a realizar filmes, a falta de indicações que eu dei aos atores, este pânico foi trazido para matéria de espetáculo”.

Finalmente, há uma terceira camada, “mais pessoal e biográfica”, que é a das cartas. “As cartas vão sendo ditas por mim e pelos atores. Cartas que lhes escrevi para estas personagens, cartas sobre memórias, cartas sobre coisas para eles fazerem em palco”.

O *dis-far-ce* é mesmo esse, afirma Mariana Magalhães: “As histórias que vamos contar são reais ou não? É essa a dúvida que fica.”



O governante explicou que “continuam a surgir diariamente novos pedidos de inscrição”.

Há 54 alunos a aguardar colocação nas escolas

EDUCAÇÃO Declaração é do ministro Fernando Alexandre. Esta quarta-feira é ouvido no Parlamento sobre o arranque do ano letivo.

O ministro da Educação, Fernando Alexandre afirmou que 54 alunos aguardavam na segunda-feira colocação nas escolas de todo o país, garantindo que novos pedidos “são processados e resolvidos” em 24 horas pela administração educativa. Fernando Alexandre falava aos jornalistas à margem da cerimónia de assinatura do contrato-programa entre a Câmara de Portimão e a Universidade do Algarve (UAlg) para a construção do Campus Universitário do Barlavento, que decorreu na zona do Barranco do Rodrigo, local onde vai ser construída a futura estrutura universitária.

Segundo o ministro, dos 54 alunos que, na segunda-feira, ainda aguardavam colocação, mais de

30 tinham efetuado a inscrição na sexta-feira à tarde, não sendo possível concluir o processo de colocação no próprio dia.

O governante explicou que “continuam a surgir diariamente novos pedidos de inscrição”, situação que, segundo alegou, ocorre há vários anos e ao longo de todo o ano letivo. “Aquilo que nós estamos a fazer é a garantir que em 24 horas os alunos todos

O ministro indicou que uma parte significativa dos alunos por colocar são estrangeiros.

são colocados”, afirmou o ministro, notando que muitos dos alunos que aguardam colocação “são estudantes que mudaram de residência ou saíram do ensino privado”. O ministro indicou ainda que uma parte significativa dos alunos por colocar são estrangeiros.

As declarações foram feitas no contexto do início do ano letivo 2026/2027, marcado também por alterações ao processo de colocação de docentes, que passou a ter procedimentos diários para acelerar o preenchimento de horários disponíveis. O titular da pasta da Educação escusou-se a falar de outros problemas, remetendo “todas as respostas e explicações” para quarta-feira na Assembleia da República.

DN/LUSA.



Ponto de partida Pedro Sequeira

Jorge Palma, o teu Gang é Portugal

Nos primeiros anos da década de 1990, descobri com um grupo de amigos um monte na Zambujeira do Mar que alugava quartos a um preço muitíssimo em conta, o que permitia esticar ao máximo a estadia. Fora a casa principal, não havia luz, nem água canalizada, mas à data ter um tecto e um fogão a gás era quanto bastava para fazer da costa alentejana a nossa casa de verão. Além disso, aquele monte oferecia uma outra garantia que viríamos a apreciar, ainda mais, com o passar do tempo: a privacidade. Mas já lá iremos.

Naquela altura, numa era ainda pré-festival Sudoeste, sem redes sociais, nem telemóveis, a Zambujeira do Mar era tida como local de refúgio de artistas nacionais. Numa espécie de mito urbano, cuja origem ninguém conhecia, dizia-se que Jorge Palma também tinha frequentado aquele modesto monte. Não era um artista qualquer, era “O” Jorge Palma, alguém que todos naquele grupo, ainda muito jovens, admirávamos há muito. Não só pela música, mas também pela aura de mistério que carregava, em que ele, sempre insubordinado, surgia no nosso imaginário envolto numa nuvem de fumo de cigarro, copo de whisky por perto, enquanto arrancava do piano melodias intemporais e cantava os versos que já conhecíamos de cor e que ainda hoje estão gravados na nossa memória. Um dia perguntámos à proprietária, uma senhora de idade já avançada, se era mesmo verdade que Jorge Palma ali tinha pernoitado. Garantiu não saber de quem falávamos e quando tentámos explicar que era um cantor famoso, cortou-nos a palavra e encerrou o assunto de forma sábia: “Ah, isso não me interessa. Eu deixo-os estar”.

Nunca conseguimos confirmar a história. E nunca Jorge Palma desapareceu do nosso radar. A *Estrela do Mar* foi uma joia na banda sonora de um namoro que virou casamento e mais tarde uma família. O *Bairro do Amor* foi uma ponte para as primeiras conversas entre jovens estudantes deslocados que, noutra paragem do Alentejo, se conheciam nas praxes. O *Dá-me Lum* movimentou-nos o corpo e aqueceu-nos a voz em festas. Jorge Palma foi, é e será sempre um porto seguro cada vez que revisitarmos a sua obra, merecidamente reconhecida ainda em vida – contrariando um dos mais famosos refrãos da música *Portugal, Portugal*, em que questiona um país que vai perdendo a memória, um Portugal que “não pode estar direito, quando tem a espinha torta”. Entre as homenagens que recebeu, vale a pena espreitar o vídeo da rádio Comercial a propósito dos 50 anos da carreira de Palma, que juntou dezenas de artistas, de Sérgio Godinho a Mariza, de Rui Veloso a Bárbara Tinoco, de Mafalda Veiga a Salvador Sobral, entre tantos outros, num tributo ao compositor. Essa capacidade de juntar sensibilidades distintas também se viu no projeto Palma's Gang, na companhia de músicos dos Rádio Macau e Xutos e Pontapés. E irá, certamente, continuar a sentir-se por muitos anos, através das músicas que encantaram diferentes gerações deste “Palma's Gang” alargado que é Portugal.

Editor-executivo do Diário de Notícias



Conselho de Administração Luís Figueiredo de Barbedo Trindade (Presidente), Kevin King Lun Ho, Vitor Manuel Almeida Santos de Menezes e António Manuel Mendes Ferreira
Direção Filipe Alves (Diretor Geral Editorial), Leonídio Paulo Ferreira e Nuno Vinha (Diretores Adjuntos), Cecília Carmo e Margarida Vaqueiro Lopes (Subdiretoras)
Data Protection Officer Ricardo Ferro
Diretora Jurídica Rita Cabral
Propriedade Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Sede: Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º – 1250-166 Lisboa
Redação: Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º – 1250-166 Lisboa
Tel.: 213876679
Recursos Humanos Ricardo Ferro
Controller António Ribeiro da Cunha
Direção Comercial Daniel Barata, Pedro de Almeida Lima (Coordenador)
Detentores de 5% ou mais do capital da empresa: Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNU Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74%
Impressão Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia)
Distribuição VASP; Registo na ERC com o n.º 101326.
Depósito legal 121 052/98
Assinaturas 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E-mail: apoiocliente@dn.pt



5 605290 023012



5/302